

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

RAFAEL MAYER

**A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E
VOLUNTÁRIAS: UM ESTUDO EM CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS**

São Leopoldo

2017

RAFAEL MAYER

A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E
VOLUNTÁRIAS: UM ESTUDO EM CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título Mestre em Ciências Contábeis, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Prof. Orientador: Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

São Leopoldo

2017

M468e Mayer, Rafael

A evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias: um estudo em clubes de futebol brasileiros / Rafael Mayer. – 2017.

118 f. : il. ; color. ; 30cm.

Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer.

1. Contabilidade. 2. Evidenciação contábil - Clubes de futebol. 3. Contabilidade gerencial. 4. Demonstrações contábeis. 5. Clubes de futebol. I. Título. II. Kronbauer, Clóvis Antônio.

CDU 657

RAFAEL MAYER

A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E
VOLUNTÁRIAS: UM ESTUDO EM CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título Mestre em Ciências Contábeis,
do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Prof. Orientador: Dr. Clóvis Antônio
Kronbauer

Aprovado em: 27/06/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer – Orientador – UNISINOS

Prof. Dr. Cristiano Machado Costa – UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Alberto Diehl – UNISINOS

Prof. Dra. Romina Batista de Lucena de Souza – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família, aos meus pais que me apoiaram de todas as formas, sempre com muita dedicação nesta caminhada ao longo do curso. Ao meu irmão Daniel e a sua esposa Aline, juntamente com seu filho Ryan, que também me apoiaram e incentivaram, com atitudes que foram muito importantes nessa trajetória. Ao meu irmão Michel (*in memoriam*) que, esteja onde estiver, me deu muita força e confiança em poder acreditar que conseguiria realizar esse sonho.

Ao meu orientador, Professor Dr. Clóvis Antônio Kronbauer, pelos inúmeros ensinamentos, pela constante atenção, pela imensurável paciência ao me orientar e transmitir seus conhecimentos, contribuindo de forma significativa nessa longa caminhada.

À Somma Contabilidade, que me oportunizou ingressar no mercado de trabalho dando meus primeiros passos na contabilidade e posteriormente me apoiando no início do mestrado, permitindo que conciliasse as aulas do primeiro semestre com o trabalho. De modo especial ao Sr. Marcos Volnei dos Santos que, para o início dos estudos, contribuiu repassando seu conhecimento na área, me instruindo na caminhada acadêmica.

À Ernst Young, a firma que me abriu as portas nesse período, me oportunizando a trabalhar na área que gosto e dar continuidade na dissertação, me apoiando e me liberando em momentos específicos, os quais foram fundamentais para o término do curso.

A minha segunda família, a Sra. Alice, Augusto e Aneline e seu namorado Lucas, que abriram as portas de sua casa, me acolhendo de braços abertos durante o período de aulas, me apoiando nessa mudança de vida e, conseqüentemente, de hábitos. Essa acolhida foi fundamental para estar mais perto dos meus estudos, possibilitando mais comodidade e tranquilidade para dar sequência nessa caminhada.

Aos Professores Dr. Cristiano Machado Costa, Dr. Carlos Alberto Diehl, Dra. Romilda Batista de Lucena de Souza pelas suas inúmeras contribuições desde a banca de qualificação.

A minha namorada, Maiara, pelo imenso apoio nessa caminhada, em que ela esteve ao meu lado sempre me apoiando, mantendo-se calma e paciente nas horas difíceis, sempre dedicando carinho, mesmo sabendo das dificuldades que iríamos enfrentar.

A todas as pessoas, bem como familiares, amigos e colegas que, de uma ou de outra forma, contribuíram nessa caminhada do mestrado e na elaboração da minha dissertação.

RESUMO

Atualmente o futebol profissional brasileiro é responsável por grandes movimentações financeiras, sendo que a maneira que estas são apresentadas atraem investidores para o meio desportivo. Percebendo a relevância que a apresentação das evidenciações contábeis de forma transparente tem para os clubes de futebol profissional brasileiros, o presente trabalho desenvolveu um estudo sobre os fatores que estão atrelados às formas de evidenciação contábil. Para isso foram analisadas as evidenciações apresentadas por 22 clubes durante os anos de 2012 a 2015. A pesquisa atrelou-se à normativa contábil, sendo utilizada como parâmetro a Resolução CFC nº 1.429 de 25 de janeiro de 2013, a qual aprova ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Aplicando-se as técnicas de Estatística Descritiva e Correlação Pearson considerou-se os Índices de Evidenciação Obrigatória, Voluntária e Total. Inicialmente considerou-se cada índice de forma individual a cada ano, para posteriormente calcular a média dos índices de todos os anos analisados para obter-se assim uma média geral. Por meio dessas análises obteve-se como resultados o Índice de Evidenciação Obrigatória de 65,70%, Índice de Evidenciação Voluntária de 7,10% e Índice de Evidenciação Total de 42,30%. A partir da correlação e dos testes de hipóteses realizadas, se percebeu que os clubes com melhores Índices de Evidenciação apresentam as seguintes características: na sua maioria são dirigidos por presidentes formados em direito; são os clubes com melhor desempenho desportivo segundo os Rankings da CBF; são os clubes com melhor desempenho econômico, medido pela margem EBITDA. Constatou-se também que os clubes com maior faturamento, com maior valor de ativo e com maior intangível apresentam também melhores índices de evidenciação. Cabe destacar ainda que, ao longo do período analisado, os índices de evidenciação tiveram melhoras significativas, dado que no último ano a evidenciação obrigatória de alguns clubes atingiu 94% de cumprimento do que requer a ITG 2003. Constata-se assim a melhora na transparência e a busca por maior legitimidade dos clubes diante de seus associados, torcedores e usuários de suas demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Clubes de futebol. Evidenciação. Transparência. Legitimidade.

ABSTRACT

Nowadays, Brazilian professional soccer is responsible for significant financial transactions, and the way these are presented can attract many investors to the sports market. Considering the relevance of transparent financial disclosures to the Brazilian professional soccer teams, this work developed a study about the factors that are related to the forms of financial disclosures. For that purpose, the financial disclosures of 22 soccer clubs concerning the years from 2012 to 2015 were analyzed. This research was based on the resolution CFC nº 1.429, January 25, 2013, which acknowledges ITG 2003 – Professional Sports Entity. Applying the methods of Descriptive Statistics and the Pearson Correlation Coefficient, the indexes of Obligatory, Voluntary and Total Disclosure Rates were tested. Initially, each index was tested individually according to its year, and after that the average index was calculated. As a result, the Index of Obligatory Disclosure Rate obtained was 65,70%; the Voluntary Disclosure Rate obtained was 7,10%; and the Total Disclosure Rate obtained was 42,30%. After the analysis of the correlation and the hypothesis tests, it was found that soccer clubs with the best Indexes of Disclosure presented the following features: most of them were run by CEOs with a Law Degree; such teams have the best sports performance attested by the CBF Ranking; these clubs also have the best financial performance, rated by the EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization) margin. It was also stated that the clubs with higher revenues, asset values and intangible values show the best disclosure indexes. During the analysis, the indexes of disclosure presented significant improvements, considering that in the last year the index of obligatory disclosure in some clubs had a compliance rate to the ITG 2003 requirements of 94%. It is perceived an improvement on the clubs transparency and the search for a better legitimacy to the associates, supporters and users of the financial disclosures.

Keywords: Soccer Clubs. Disclosures. Transparency. Legitimacy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pesquisas relacionadas à Teoria da Legitimidade	25
Quadro 2: Amostra Final de clubes pesquisados	45
Quadro 3: Itens de Evidenciação Obrigatória dos Clubes de Futebol.....	47
Quadro 4: Itens de Evidenciação no Relatório da Administração dos clubes de futebol.	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices de Evidenciação por clube em 2012	55
Tabela 2 – Estatística Descritiva por clube em 2012.....	55
Tabela 3 – Índices de Evidenciação por clube em 2013.	57
Tabela 4 – Estatística Descritiva por clube do exercício de 2013.	57
Tabela 5 – Índices de Evidenciação por clube em 2014.	59
Tabela 6 – Estatística Descritiva por clube em 2014.....	60
Tabela 7 - Índices de Evidenciação por clube em 2015.	61
Tabela 8 – Estatística Descritiva por clube em 2015.....	62
Tabela 9 – Estatística Descritiva dos Índices de Evidenciação e as variáveis de análise.....	64
Tabela 10 – Correlação entre Índices de Evidenciação e as variáveis de análise	65
Tabela 11 – Estatística Descritiva das Médias por clubes dos Índices de Evidenciação e as Variáveis de Análise.....	66
Tabela 12 –Correlação das médias por clube entre Índices de Evidenciação e Variáveis de Análise.....	67
Tabela 13 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período – Formação em Direito (todas as observações).....	70
Tabela 14 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Formação em Direito (médias por clube no período)	71
Tabela 15 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Formação em Direito (médias por clube no período)	72
Tabela 16 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Formação em Direito (todas as observações).....	73
Tabela 17 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Formação em Direito (médias por clube no período)	74
Tabela 18 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Colocação CBF (todas as observações).....	76
Tabela 19 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Colocação CBF (médias por clube no período)	77
Tabela 20 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Pontos CBF – LN (todas as observações)	78

Tabela 21 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Pontos CBF – LN (médias por clube no período)	79
Tabela 22 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Colocação CBF (todas as observações).....	80
Tabela 23 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Colocação CBF (todas as observações).....	80
Tabela 24 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Colocação CBF (médias por clube no período)	81
Tabela 25 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Pontos CBF – LN (todas as observações)	82
Tabela 26 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Pontos CBF – LN (médias por clube no período)	83
Tabela 27 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Margem EBTIDA (todas as observações)	86
Tabela 28 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Margem EBITDA (médias por clube no período)	87
Tabela 29 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Margem EBITDA (Todas as observações).....	88
Tabela 30 – Teste de Hipóteses IET médias por clube X Margem EBITDA (médias por clube no período)	89
Tabela 31 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – AÑC LN (todas as observações).....	91
Tabela 32 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Ativo Não Circulante – AÑC LN (médias por clube no período)	92
Tabela 33 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)	93
Tabela 34 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)	94
Tabela 35 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Receita – LN (todas as observações).....	95
Tabela 36 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Receita – LN (médias por clube no período)	96

Tabela 37 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Intangível – LN (todas as observações)	97
Tabela 38 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Intangível – LN (médias por clube no período)	98
Tabela 39 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – AÑC LN (todas as observações).....	99
Tabela 40 – Teste de Hipóteses IEV de médias por clube X Ativo Não Circulante – AÑC – LN (médias por clube no período)	100
Tabela 41 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)	101
Tabela 42 – Teste de Hipóteses IEV de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)	102
Tabela 43 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período x Receita – LN (todas as observações)	103
Tabela 44 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – LN (todas as observações)	104
Tabela 45 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Ativo Não Circulante – LN (médias por clube no período).....	105
Tabela 46 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)	106
Tabela 47 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)	107
Tabela 48 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Receita – LN (todas as observações).....	108
Tabela 49 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Receita – LN (médias por clube no período)	109
Tabela 50 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Intangível – LN (todas as observações)	110
Tabela 51 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Intangível – LN (médias por clube no período)	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AÑC – Ativo Não Circulante

AT – Ativo Total

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comissão de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IBRACOM – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IEO – Índice de Evidenciação Geral

IET – Índice de Evidenciação Obrigatória

IEV – Índice de Evidenciação Voluntária

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS – International Financial Reporting Standards

IN – Instrução Normativa

ITG – Interpretação Técnica Geral

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

MP – Medida Provisória

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

PFC – Princípios Fundamentais de Contabilidade

PROFUT – Programa de Modernização da Gestão de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 DELIMITAÇÕES DO TRABALHO	21
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE.....	23
2.1.1 Pesquisas Sobre a Teoria da Legitimidade	24
2.2 TRANSPARÊNCIA NOS CLUBES DE FUTEBOL	27
2.3 NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS AOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIRO ...	28
2.3.1 Normas Legais Aplicadas aos Clubes de Futebol	28
2.3.2 O Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro	32
2.4 NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS AOS CLUBES DE FUTEBOL.....	35
2.4.1 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas aos Clubes de Futebol ..	36
2.4.2 Evidenciação Voluntária e o Relatório da Administração	38
2.5 ESTUDOS PRECEDENTES RELACIONADOS AO TEMA DA PESQUISA.....	40
2.6 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	45
3.2 COLETA DOS DADOS.....	46
3.3 TÉCNICAS PARA O TRATAMENTO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS.....	46

3.3.1 Determinação de Índices de Evidenciação	46
3.3.2 Variáveis para Testes de Correlação e Testes de Hipóteses	50
3.3.3 Técnicas de Análise dos Dados	52
3.4 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS	53
4 ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1 DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA ANALISADOS	54
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE EVIDENCIAÇÃO E AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	63
4.3 TESTE DE HIPÓTESES ENTRE OS ÍNDICES DE EVIDENCIAÇÃO E AS VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO SIGNIFICATIVA	69
4.3.1 Hipótese 1	69
4.3.2 Hipótese 2	75
4.3.3 Hipótese 3	85
4.3.4 Hipótese 4	85
4.3.5 Hipótese 5	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo está dedicado à apresentação dos aspectos introdutórios da dissertação. Nele são apresentados a contextualização do tema e o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a delimitação do estudo realizado.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Em 1905, Willian McGregor, então presidente da Football League, afirmou que, “Football is a big business”. Seguindo esse raciocínio, observa-se que o futebol, com o passar dos anos, foi ganhando notoriedade em todo o mundo até se tornar a multipotência que é na atualidade, sendo o esporte preferido no Brasil (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012) e também o mais popular em nosso planeta (STOLEN et al., 2005).

Apesar do objetivo prioritário dos clubes de futebol ser a obtenção de títulos (LEONCINI; SILVA, 2000), Fernandes (2000) enfatiza a lucratividade como finalidade de qualquer organização. Soriano (2010) e Barros, Assaf e Earp (2010) completam afirmando que o desempenho financeiro deve estar conectado ao esportivo. Desta forma, passa a ser semelhante o desafio dos clubes esportivos tal qual o das empresas, que é implementar modernas técnicas administrativas, adotando métodos de gestão que os permitam ser competitivos. (TACHIZAWA; FERREIRA; FORTUNA, 2004).

Pode se observar assim, conforme Gonçalves, Magalhães Filho e Alcântara (2003), que o futebol se tornou não apenas uma paixão nacional, e sim um negócio de grande valia, sendo que os torcedores viraram consumidores, e os jogadores se transformaram em mercadorias. Dessa forma, os grandes valores que o futebol movimenta em suas transações tornaram-se interesse do governo, torcedores e investidores.

A partir dessa importância social e econômica do desporto, principalmente do futebol, ocorrem no mundo todo mudanças legais sobre essa atividade. No caso brasileiro, o estado interfere de forma mais intensa na regulação do desporto em geral, e do futebol de maneira particular, a partir da promulgação da Lei Pelé (Lei 9.615/98), a qual mais tarde foi alterada pela Lei nº 10.672/03.

No artigo 2º, parágrafo único dessa Lei, está estabelecido que:

A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003);

I - da transparência financeira e administrativa; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003);

II - da moralidade na gestão desportiva; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003);

III - da responsabilidade social de seus dirigentes; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003);

IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003);

V - da participação na organização desportiva do País. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003).

Com base na transcrição do texto legal (Item I), se observa que a transparência financeira e administrativa passa a ser uma obrigatoriedade legal dos clubes de futebol brasileiros. Seguindo esta determinação regimentar, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução nº 1.005/2004, a qual instituiu as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas (NBC T 10.13), regulando os procedimentos contábeis que os clubes deveriam adotar.

A NBC T 10.13 é revogada e substituída pela ITG 2003, aprovada pela Resolução nº 1.429/13 (CFC), sendo que essa nova norma pode ser considerada um avanço em relação à norma anterior.

A finalidade da ITG 2003 é estabelecer os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais. Essa norma deve ser aplicada também a outras entidades que, direta ou indiretamente, estejam ligadas à exploração da atividade desportiva profissional e não profissional.

A evidenciação obrigatória prevista nas normas contábeis aplicadas ao desporto objetiva assim garantir que sejam disponibilizadas informações que permitam aos usuários avaliar a situação financeira e econômica das entidades desportivas, ou seja, os usuários podem avaliar a eficiência da gestão econômica destas entidades.

Contudo, além das divulgações obrigatórias, as entidades desportivas podem ainda realizar a divulgação de informações voluntárias, as quais podem constituir-se em importantes meios para a divulgação de informações adicionais aos usuários.

Essas divulgações voluntárias são realizadas geralmente por meio do relatório de administração.

Segundo Ludícibus (2010), o relatório da administração contém informações que afetam a operação da empresa, sendo essas de caráter não financeiro, como expectativas com a relação ao futuro no que se refere à empresa e ao setor, planejamentos referentes ao crescimento da companhia e valores gastos efetuados ou a efetuar no orçamento de capital ou na pesquisa de desenvolvimento.

Cabe destacar que tanto as divulgações obrigatórias quanto as voluntárias possibilitam que os usuários tenham acesso a informações que permitam avaliar o desempenho das organizações e projetar tendências futuras, o que se aplica à evidenciação realizada pelos clubes de futebol.

Com base no exposto, a pesquisa busca dar resposta ao seguinte problema de pesquisa: **Quais são os fatores que explicam o nível de evidenciação contábil em clubes brasileiros de futebol profissional?**

1.2 OBJETIVOS

Para responder à questão de pesquisa proposta, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos apresentados na sequência.

1.2.1 Objetivo Geral

Considerando o problema de pesquisa proposto, o objetivo geral do estudo é analisar os fatores que explicam a evidenciação contábil em clubes brasileiros de futebol profissional.

1.2.2 Objetivos Específicos

Partindo do objetivo geral, objetivos específicos da pesquisa proposta são:

- a) Descrever as informações contábeis obrigatórias e voluntárias divulgadas por clubes brasileiros de futebol, determinando os índices de conformidade obrigatória, voluntária e total;

b) Analisar a possível relação entre o nível de evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes;

c) Testar a relação que possa existir entre os níveis de evidenciação nos clubes e seu desempenho técnico, financeiro e econômicos, assim como seu porte.

1.3 JUSTIFICATIVA

Atualmente, no Brasil, a paixão pelo futebol caracteriza de forma significativa o país, que é conhecido mundialmente como “o país do futebol”. Pode se perceber que os clubes de futebol mobilizam de maneira notável seus torcedores; no entanto, além da prática profissional, não é difícil de encontrar o exercício do futebol amador, que demonstra a real importância do esporte para os brasileiros. Nesse sentido, a popularidade do futebol movimenta grande parte da população, sendo que a maioria da nação torce para algum time. Essa paixão pelo desporto se traduz em investimentos no setor, oriundos do mercado consumidor representado pelos torcedores.

Segundo Silva, Teixeira e Niyama (2009), o montante de investimentos no setor é de grande importância, não só por se tratar de grandes valores movimentados pelas entidades desportivas, mas também pela paixão que envolve o futebol. Além do mais, há uma constante busca pelo aprimoramento das informações administrativas, da gestão dos recursos financeiros e da responsabilidade social de tais entidades.

Em consonância a isso, atualmente os clubes de futebol brasileiros possuem investimentos de grandes dimensões, sendo necessário avaliar de que forma a exposição desses valores é feita e como é retratada ao público em geral. O simples fato de expor seus resultados financeiros não basta, os mesmos precisam estar claros e alinhados com os padrões pré-estabelecidos. E, ainda, tem-se a oportunidade de expor informações sociais de forma voluntária, possibilitando assim certa validação às ações praticadas durante o período.

Com base nos aspectos referidos, justifica-se parcialmente a pesquisa proposta. Contudo, cabe também refletir sobre estudos precedentes que vêm sendo realizados no tema, buscando assim revelar no que o estudo proposto é diferente e no que ele avança em relação aos anteriores.

Ao analisar pesquisas apresentadas anteriormente relacionadas ao tema, pode se destacar os estudos de Custódio e Rezende (2009); Silva, Teixeira e Niyama (2009); Pereira et al. (2014); Cardoso, Maia e Ponte (2012); Holanda et al. (2012); Dantas e Boente (2011); Galvão e Miranda (2016), que apresentaram na sequência os seguintes contextos:

O trabalho desenvolvido por Custódio e Rezende realizou uma análise das demonstrações contábeis dos clubes de futebol a partir da NBC T 10.13, mostrando que a comparabilidade é importante para o aumento da transparência das divulgações contábeis dos clubes, que visa auxiliar nas tomadas de decisões. Já os estudos de Silva, Teixeira e Niyama e Pereira et al. promoveram uma análise das evidenciações contábeis apresentadas pelos clubes em relação ao seu desempenho em campo, relacionando sua receita com seus resultados nos campeonatos. Em contrapartida, a análise feita por Cardoso, Maia e Ponte correlaciona as evidenciações apresentadas pelos times europeus se baseando na IAS 38.

No estudo de Holanda et al. (2012), ao analisar 69 demonstrações contábeis de clubes brasileiros entre os anos de 2006 a 2009, teve-se como principal objetivo, enfocando os atletas em formação, investigar padrões de associação entre nível de observância de normas de disclosure. Por outro lado, Dantas e Boente (2011) mediram a eficiência dos clubes de futebol por meio da Análise Envoltória de Dados com base no ranking da temporada de 2008/2009 dos 20 clubes da Europa informados pela Revista Forbes (Forbes Most Valuable Soccer Teams) e pela empresa de auditoria Delloite (Delloite Football Money League).

Ainda, Galvão e Miranda (2016) analisaram as demonstrações contábeis dos 25 clubes da série A e B do Campeonato Brasileiro no ano de 2013, utilizando a norma brasileira de contabilidade ITG 2003, por meio do teste de Correlação de Spearman e da análise de correspondência (ANACOR), com o objetivo de testar se existe relação entre o grau de evidenciação do valor dos atletas e sua participação no patrimônio.

Em geral, pode se observar a importância de pesquisas na área, mostrando a relevância da divulgação nas demonstrações contábeis, com vista a aumentar a transparência relativa aos clubes de futebol.

Em relação aos estudos anteriores, a presente dissertação busca aprimoramentos ao observar se as demonstrações estão de acordo com a legislação

vigente. E ainda, de que maneira se apresentam as evidenciações de forma voluntária, criando índices de evidenciação na forma obrigatória, voluntária e total. Também se buscou nesta pesquisa verificar a existência de alguma relação com as características dos dirigentes, desempenho esportivo e econômico, situação financeira e tamanho e intangibilidade, criando um índice em que se evidencia se estas podem estar interferindo ou não na divulgação das demonstrações financeiras.

1.4 DELIMITAÇÕES DO TRABALHO

O tema da pesquisa está centrado na evidenciação de informações obrigatórias e voluntárias divulgadas por clubes de futebol brasileiro em consonância com as leis e normas contábeis aplicadas a entidades desportivas.

A pesquisa foi realizada em clubes de futebol que disputaram a primeira divisão do campeonato brasileiro nos períodos de 2012 a 2015, sendo que o objeto de análise são as informações contábeis divulgadas por estas entidades compreendendo os exercícios sociais referidos.

Com esta análise busca-se identificar a existência de alguma relação entre as informações divulgadas com as características dos dirigentes, o desempenho esportivo e econômico, a situação financeira, assim como o tamanho e a intangibilidade.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é composto por contextualização do tema, objetivos geral e específicos, justificativa e importância do estudo, delimitações da pesquisa e esta seção.

O segundo destina-se à apresentação da revisão da literatura. São abordados os conceitos de Teoria da Legitimidade e suas pesquisas relacionadas. Tendo como intuito gerar informações úteis, relevantes e precisas, buscou-se a transparência nos clubes de futebol, as normas legais aplicáveis aos clubes de futebol brasileiro, contextualizando seus marcos legais e contábeis no desenvolvimento do futebol, bem como o programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol

brasileiro – PROFUT, que trata da promoção de práticas modernas de gestão por parte dos clubes de futebol e demais entidades desportivas.

As normas contábeis aplicadas aos clubes de futebol tratam das normas brasileiras de contabilidade aplicadas aos clubes de futebol, bem como a evidenciação voluntária e o relatório de administração, que são um complemento às demonstrações financeiras, uma vez que fornecem informações adicionais. E, ainda, são apresentados estudos relacionados aos temas abordados nesta pesquisa. Por fim, são apresentadas as hipóteses da pesquisa.

O terceiro capítulo contempla os procedimentos metodológicos adotados para se atingir os objetivos propostos, a população e a amostra da pesquisa, a coleta e o tratamento dos dados. Os dados utilizados para a pesquisa foram dados secundários coletados das demonstrações contábeis publicadas pelos clubes brasileiros de futebol que compõem a população do estudo.

O capítulo quatro destaca os resultados do estudo e as discussões referentes a eles. Por fim, o capítulo cinco contempla as considerações finais, seguidas pelas referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se a revisão de literatura, incluindo, primeiramente, a Teoria da Legitimidade, a transparência nos clubes de futebol, normas legais aplicáveis aos clubes de futebol brasileiro, normas contábeis aplicadas aos clubes de futebol, estudos precedentes relacionados ao tema da pesquisa e as hipóteses da pesquisa.

2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE

Ao divulgarem informações aos usuários de demonstrações contábeis, entende-se que as organizações buscam legitimar-se e afirmar sua imagem. Esta busca de legitimação está em consonância com a Teoria da Legitimidade, que se apresenta nesta seção inicial da revisão de literatura.

A Teoria Institucional estrutura seus estudos dando enfoque para o inter-relacionamento entre o indivíduo, a organização e o ambiente, servindo como embasamento para os estudos da Teoria da Legitimidade e possuindo seus preceitos enraizados nas determinações da primeira. Segundo Meyer e Rowan (1977), muitas estruturas organizacionais formais decorrem de regras institucionais racionalizadas.

A Teoria da Legitimidade, conforme Dias Filho (2007, p. 6), é baseada nos preceitos que afirmam a existência de “uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar”. Uma maneira de a entidade evidenciar a efetivação deste contrato é por meio das evidenciações contábeis.

A teoria tem como princípios norteadores as diretrizes de que a empresa interfere através de um contrato social na sociedade, respeitando as restrições impostas pela mesma, podendo assim gozar do acesso contínuo ao mercado e aos recursos, e salienta como a gestão empresarial atende aos anseios da comunidade. (PATTEN, 1992).

No momento em que uma entidade se integra a um novo ambiente, cabe a ela concordar e adequar-se às normas já pré-estabelecidas, respeitando os padrões já definidos e legitimados, acarretando em uma diminuição do risco de sua repulsa

pelas demais organizações e indivíduos, ou então, condicionar seus próprios padrões, posicionando-se com postura indiferente aos padrões e regras estabelecidas no ambiente. Com essa posição, ela poderia colocar em questão sua legitimidade, uma vez que demonstra uma disparidade de comportamento, tendo em vista o ambiente em que atua. (BOFF, 2007).

Nesse contexto, Guthrie e Parker consideram que a Teoria da Legitimidade

(...) baseia-se na noção de que a empresa opera em sociedade por meio de um contrato social, comprometendo-se a realizar várias ações socialmente desejadas em troca de aprovação dos seus objetivos, de outras recompensas e de sua sobrevivência. (GUTHRIE; PARKER, 1989, p. 344).

O'Donovan (2002) contempla que a Teoria da Legitimidade é estruturada sobre os preceitos de que, para permanecer desempenhando seus encargos com triunfo, as empresas precisam organizar-se dentro dos limites que a sociedade caracteriza como um comportamento socialmente aprovado, ou seja, a empresa possui condições de existir caso atenda aos anseios da sociedade, permitindo assim que a mesma continue a operar.

2.1.1 Pesquisas Sobre a Teoria da Legitimidade

Nos últimos anos vêm crescendo os estudos relacionados que enfatizam a Teoria da Legitimidade no âmbito organizacional. No Quadro 1 estão apresentados estudos precedentes relacionados à Teoria da Legitimidade, conforme fazem referência Ott e Machado (2015).

Quadro 1: Pesquisas relacionadas à Teoria da Legitimidade

Autor (es)	Ano	Objetivos/Resultados
DOWLING, J.; PFEFFER, J.	1975	Fornecem um quadro conceitual para a análise de legitimidade organizacional e do processo de legitimação através dos quais as organizações agem para aumentar a sua percepção de legitimidade.
GUTHRIE, J.; PARKER, L. D.	1989	Analisam a história da Comunicação Social Corporativa (CSC) de uma organização australiana de aço, semelhante à americana <i>USSteel</i> . Os objetivos principais do estudo foram determinar se a história da CSC da indústria siderúrgica australiana é semelhante à da americana e descobrir se a busca de legitimidade corporativa parece ter sido um motivo principal para divulgações. O estudo aponta para semelhanças entre a divulgação social de ambas as empresas, no entanto, os achados de pesquisa sugerem que a Teoria da Legitimidade não está relacionada com a CSC, uma vez que não foi encontrada correlação entre os picos de CSC e os eventos socioeconômicos relevantes da empresa em análise.
PATTEN, D. M.	1992	Procura explicar se o aumento da evidência social nos relatórios anuais ocorre como uma tentativa de se recuperar a legitimidade afetada por um acidente ambiental, como o caso do derramamento de óleo conhecido como "Exxon Valdez". Concluiu que o aumento na evidência ambiental das empresas da indústria de petróleo pode ser interpretado como uma evidência de suporte à Teoria da Legitimidade.
LINDBLOM, C. K.	1994	Investiga como ocorre o processo de legitimação organizacional e introduz quatro estratégias de legitimação, sendo discutidos seus efeitos na natureza e na qualidade da divulgação social corporativa para públicos relevantes.
GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S.	1995	Demonstram como a evidência social se desenvolveu ao longo de 13 anos na Inglaterra no período de 1979 a 1991, analisando também se as estratégias de evidência propostas por Lindblom (1994) estavam presentes nos relatórios anuais para os seguintes tipos de evidência social: meio ambiente, recursos humanos, relações com a comunidade e produtos.
SUCHMAN, M.C.	1995	Apresenta uma abordagem teórica da legitimidade organizacional, destacando semelhanças e disparidades entre as abordagens estratégicas e institucionais da legitimidade. Identifica três formas primárias de legitimidade: pragmática, moral e cognitiva. Em seguida, examina as estratégias para ganhar, manter e reparar a legitimidade.
DEEGAN, C.	2002	Fornece uma visão geral da Teoria da Legitimidade que tem sido usada para explicar porque os gestores podem optar por divulgar publicamente informações sobre aspectos específicos do seu desempenho social e ambiental.
DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J.	2002	Analisam as revelações sociais e ambientais da BHP Ltd (uma das maiores empresas australianas) no período de 1983-1997 para determinar a extensão e o tipo de divulgação nos relatórios anuais sociais e ambientais ao longo do período, e se essas informações podem ser explicadas pelos conceitos da Teoria da Legitimidade.
O'DONOVAN, G.	2002	Procura estender a aplicabilidade da Teoria da Legitimidade e o seu poder preditivo. Investigou em que medida as divulgações no relatório anual estão inter-relacionadas às tentativas de ganhar, manter e reparar a legitimidade e a escolha das táticas de legitimação específicas.

CAMPBELL, D.; CRAVEN, B.; SHRIVES, P.	2003	Examinam o grau em que as divulgações voluntárias representam uma tentativa de fechar uma lacuna de legitimidade percebida (LINDBLOM, 1994), a fim de ganhar, manter ou restaurar legitimidade (SUCHMAN, 1995). Os efeitos da percepção das empresas dos fatores de risco de legitimidade também são discutidos.
ARCHEL, P.; JAVIER, H.; CARLOS, L.; CRAWFORD, S.	2009	Procuram ampliar o alcance da Teoria da Legitimidade por meio de uma análise detalhada das ligações que existem entre as estratégias de legitimação de empresas (LINDBLOM, 1994) e as características do ambiente político em que são desenvolvidas.
GUBIANI, C. A.; SOARES, M.; BEUREN, I. M.	2009	Identificam as estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas estaduais de capital aberto do setor de energia elétrica no Brasil.
MÄKELÄ, H.; NÄSI, S.	2010	Estudam o caso de uma empresa em operação de <i>downsizing</i> , onde houve o fechamento de uma unidade de produção da indústria florestal em uma cidade na Finlândia. O estudo se embasou na estrutura teórica composta pela teoria dos <i>stakeholders</i> e pela Teoria da Legitimidade. A pesquisa consistiu em uma análise textual de artigos de mídia veiculados em meios de comunicação em massa, com o objetivo de melhorar a compreensão de como a responsabilidade social é concebida e ampliada por corporações globais, por si mesma e por seus <i>stakeholders</i> .
FANK, O. L.; BEUREN, I. M.	2010	Identificam as estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) evidenciadas nos relatórios da administração da empresa Petrobras no período de 2000 a 2009.
BEUREN, I. M.; HEIN, N.; BOFF, M. L.	2011	Verificam a relação existente entre as estratégias de legitimidade organizacional propostas por Lindblom (1994), evidenciadas no RA, com as gerações que administraram empresas familiares no período de 1997 a 2006 no Brasil.
CZESNAT, A. O.; MACHADO, D. D. P. N.	2012	Identificam as formas isomórficas de legitimação relacionadas com as práticas de Responsabilidade Social e Ambiental das empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA, evidenciadas em seus Relatórios da Administração publicados no período de 1998 e 2008.

Fonte: OTT, MACHADO, p. 136-156, 2015.

No Quadro anterior apresenta-se uma evolução, ao longo dos anos, em relação a pesquisas realizadas sobre a Teoria da Legitimidade. Esses estudos se iniciam em 1975 com Dowling e Pfeffer e, com o passar do tempo, pode ressaltar-se a década de 1990 com o marco para a ascensão nas pesquisas, o que revela a importância dessa teoria em estudos relacionados à contabilidade e gestão.

Por meio da divulgação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias, os clubes de futebol brasileiros podem estar buscando se legitimar diante de seus associados e torcedores. A busca pela legitimidade também pode estar associada à transparência, que é o objeto de abordagem na seção que segue.

2.2 TRANSPARÊNCIA NOS CLUBES DE FUTEBOL

Uma das principais finalidades da contabilidade é a geração de informações úteis, relevantes e precisas, sendo que essas são utilizadas por diversos usuários, servindo como norte para tomada de decisões. Tais informações são englobadas em relatórios, a partir dos quais as empresas criam as suas demonstrações contábeis, que têm a finalidade de apresentar ao público interessado a situação econômica e financeira da mesma. (DALMÁCIO; PAULO, 2004).

Porém, visto que as demonstrações são apresentadas com grande grau técnico, frequentemente as mesmas tornam-se de difícil entendimento para o público em geral. Isso ocorre pois grande parte dos usuários externos (sociedade, clientes, fornecedores, financiadores, dentre outros) não possui compreensão das especificidades técnicas, dificultando a compreensão das informações contidas nessas demonstrações.

Assim, percebe-se a necessidade de agregar uma maior transparência nas informações apresentadas, com o objetivo de torná-las acessíveis para todos os públicos interessados. Por esse viés, cabe discussão sobre formas que proponham melhoras nas formas de evidenciação das informações contábeis, sendo essencial publicar informações que sejam relevantes não só para as empresas, mas para todos os possíveis usuários externos. (IUDÍCIBUS, 2010).

Para Lopes (2002), no Brasil não há uma tradição por parte das empresas em propiciar uma divulgação transparente de informações ao público interessado, principalmente quando esse tipo de informações tem algum caráter interno. Este fato decorre principalmente pela concentração acionária, que por sua vez traz empecilhos a uma divulgação contábil de forma mais transparente.

Neste sentido, Silva, Teixeira e Niyama (2009), ao analisarem o assunto sob o contexto dos clubes de futebol profissionais, entendem que é fundamental promover a transparência financeira. Assim, além de conferir aos usuários a publicidade da situação financeira do clube, os eventuais investidores também têm condições de mensurar retornos de investimento.

O surgimento de denúncias de irregularidades na administração do futebol brasileiro culminou na instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo

que nesta foi sancionada a Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003. Esta foi instaurada com o objetivo de moralizar as relações existentes na atividade desportiva profissional, inserindo princípios que deveriam ser seguidos pelas mesmas, referentes à moralidade na gestão e à responsabilidade social dos dirigentes. (BRASIL, 2003).

Considerando ainda a necessidade de transparência nas informações divulgadas pelas entidades de prática esportiva profissional, a lei referida conferiu a estas o dever de publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Logo, as mesmas se enquadrarão no modelo profissional e transparente, sendo publicas após passarem pela auditoria de auditores independentes.

Com a adoção da uniformidade dos critérios contábeis entre as entidades desportivas profissionais, torna-se efetiva a comparação contábil entre os clubes, à medida que a transparência foi sendo aperfeiçoada em suas divulgações financeiras. De certa forma, houve a percepção de que a transparência na publicação de demonstrações contábeis seria uma forma de legitimação dos clubes perante seus associados, torcedores e sociedade em geral. Os clubes de futebol brasileiros passaram a publicar de maneira obrigatória suas demonstrações contábeis, mas é possível observar que as divulgações voluntárias também começam a ter maior proporção. Esses aspectos podem ser revelados pelo estudo realizado.

2.3 NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS AOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIRO

Após as discussões teóricas sobre transparência e legitimidade, cabe discorrer sobre os aspectos legais que regem a atividades dos clubes de futebol. Assim, nesta seção, são apresentadas as normas legais às quais estão sujeitos os clubes de futebol brasileiros. Inicialmente são abordadas as normas legais e contábeis aplicadas aos clubes de futebol, e na sequência apresentam-se o programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro – PROFUT.

2.3.1 Normas Legais Aplicadas aos Clubes de Futebol

O conhecimento contábil não se limita apenas ao interesse das empresas, mas inclusive das instituições sem fins lucrativos. Isso ocorre, segundo Sá (2002),

pois existem inúmeras maneiras de se beneficiar da cultura contábil, suas tecnologias e aplicações científicas. Dentre seus diversos propósitos, as demonstrações contábeis auxiliam como modelos para a prosperidade, explicam os fatos patrimoniais e as análises contábeis e, ainda, investigam sobre a irregularidade de gestão.

Dessa forma, além de entidades que visam lucro em suas atividades emitirem demonstrações contábeis, instituições sem fins lucrativos também percebem a necessidade de proceder de tal forma, uma vez que potencializam investimentos e, assim, acentuam seu crescimento. Dentre estas, cabe destacar a situação das entidades desportivas, que se enquadram no grupo que não vislumbram lucros.

Neste sentido, é importante apresentar as afirmações Lyra Filho, que assim especificou:

Será associação desportiva, porém, aquela que distrai parte de sua renda de bilheteria para pagamento de desportistas que se exibem, como profissionais, nos espetáculos desportivos? Aqui talvez esteja desfigurada a conceituação jurídica, porque, neste caso, pode animar o escopo da associação, senão originariamente pelo menos no seu desenvolvimento, que deturpa os fins objetivados; imprimindo caráter especulativo que se acentua à medida que é mais intenso o interesse nutrido do próprio profissionalismo. Aqui, neste caso, se não me engano, ou a associação se converte em sociedade, ou lhe deve ser defeso o profissionalismo. (LYRA FILHO, 1952, p. 252).

É relevante mencionar que as entidades de prática desportiva profissionais, ao desenvolverem reiteradamente atos mercantis, são essencialmente uma sociedade irregular, ao momento em que não seguem a forma de empresa, ao regime das sociedades em comum. Este raciocínio é corroborado na citação que segue:

Entretanto, não se pode deixar de constatar que os clubes, como associações civis, hoje vivem na marginalidade. Praticam atos reputados mercantis de forma reiterada e constante, não se conclui de outra forma senão pelo caráter comercial de que se reveste a atividade, constatando-se de que não passam de sociedades irregulares ou de fato. (CATEB, 2004, p.173).

Deste modo, enquadrou-se como obsoleta a forma jurídica de associação sem fins lucrativos para as entidades de prática desportivas, uma vez que os clubes de futebol passaram a arrecadar receitas cada vez mais abundantes. Apesar disso, a maioria das associações desportivas submergidas em competições profissionais no Brasil não obtêm resultados positivos, mas ao contrário, estão à margem da falência. Neste sentido, Helal (1997, p. 18) entende que “a comercialização do futebol nas suas

mais variadas formas não trouxe o retorno suficiente para resolver a crise financeira dos clubes”.

Por esse viés, tendo em vista as alterações e particularidades do cenário das entidades de práticas desportivas, tornou-se necessário seu reenquadramento, necessitando de especificações em relação a sua definição de associações sem fins lucrativos.

Buscando delimitar a gestão financeira dos clubes, em 1993 foi instituída a Lei nº 8.672/1993 (Lei Zico). De maneira geral, essa lei buscou propor um novo rumo para o esporte, introduzindo alternativas para o panorama em que, especialmente, o futebol se encontrava. Assim, o esporte passou a assumir uma nova postura ao idealizar o futebol-empresa, modernizando-se e melhorando a qualidade dos serviços prestados, incentivando também uma maior participação de incentivos privados.

De acordo com Helal (1997), a Lei Zico tinha como pontos principais a intenção de regulamentar as formas comerciais no futebol e redefinir mecanismos fiscalizadores. No entanto, toda a renovação no meio futebolístico que a Lei previa não foi efetivada, enfraquecendo-se à medida que atribuições dispostas no texto original foram sendo reformuladas.

Com o passar do tempo, necessitando de aprimoramentos, a Lei Zico foi aperfeiçoada, até o ano de 1998, quando sancionada a Lei nº 9.615/98, sendo a Lei Geral dos Desportos e de suas providências (Lei Pelé), sobre a qual Aidar (2000) declara:

É evidente que a Lei n.º 9.615/1998 (Lei Pelé) não poderia ser uma mudança radical da Lei n.º 8.672/1993, pois ambas fazem parte do mesmo processo de transformação iniciado em 1985. Desse modo, uma grande parte da Lei Zico foi repetida na Lei Pelé, principalmente a parte inicial, que tratou dos conceitos, princípios e definições de referência. (AIDAR, p. 25, 2000).

A nova norma legal (Lei Pelé) prevê que as entidades de prática desportiva são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, devendo ter as competências definidas em seus estatutos. O mesmo vale para as entidades de administração do desporto. (BRASIL, 1998).

De acordo com Aidar (2000), a Lei Pelé projetou dar uma conjuntura compreensível à realidade das entidades de prática desportiva, para que da mesma

forma realizassem a adequação de sua forma societária, e que esta conferisse forma legal às práticas comerciais que vinham constantemente ocorrendo, numa ideia de futebol-empresa. Nesse contexto, cabe transcrever a seguinte citação:

A Lei Pelé não é a verdadeira criadora do futebol-empresa no Brasil. Foi a profissionalização irreversível do futebol que exigiu algo como a Lei Pelé, e não o contrário. A atuação dos clubes como empresas é um processo evolutivo que há muito tempo vem acontecendo no futebol brasileiro e mundial. (AIDAR, 2000 p.44.)

Desta forma, a Lei Pelé trouxe a extinção do passe, e em consequência, a conta principal do ativo dos clubes de futebol praticamente se extinguiria. Naquele momento inicial da nova lei, não era possível ter uma premissa correta para determinar o impacto contábil dessa norma nas demonstrações contábeis das entidades desportivas.

Seguindo no processo de criação de normas legais relativas ao futebol profissional, foram promulgados o Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03) e a Lei de Moralização do Futebol (Lei nº 10.672/03), alterando consideravelmente as incorrências econômicas no futebol, trazendo a necessidade de mudanças significativas na forma de gerir as entidades desportivas.

A primeira foi o Estatuto do Torcedor, que apresentou alterações sobre os direitos dos torcedores em termos de cliente do futebol como “produto”, igualando a forma do comprador de outros tipos de bens e serviços ao fato de reconhecer o torcedor como consumidor. (REZENDE, FACURE; DALMÁCIO, 2009).

A segunda, que recebeu o nome de Lei de Moralização do Futebol, apresentou a obrigatoriedade da aprovação das contas em assembleia geral de associados. Outro ponto a ser destacado por essa Lei é o art. 46-A, que trata da necessidade de publicar, em jornais de grande circulação até o último dia útil do mês de abril, na forma definida pela Lei nº 6.404/76, as demonstrações contábeis de cada período, devidamente aprovadas por auditores independentes.

Por fim, umas das principais disposições da Lei nº 10.672/2003 é a possibilidade de responsabilização dos dirigentes em caso de má administração dos clubes.

Na mesma direção das normas até aqui apresentadas, surge no marco legal brasileiro o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, que é apresentado na sequência.

2.3.2 O Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

Instituída no mês de agosto de 2015, a Lei nº 13.155/15 sancionou a criação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, o PROFUT. Tendo em vista os vultosos e reiterados saldos devedores dos grandes clubes de futebol brasileiros para com a Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Banco Central e débitos relativos a FGTS, a referida lei foi instituída visando a promoção de práticas modernas de gestão por parte dos clubes de futebol e demais entidades desportivas. Assim, além de medidas para buscar solução aos débitos tributário, o PROFUT busca promover a gestão transparente e democrática dos clubes de futebol brasileiros, além de contribuir para o equilíbrio financeiro dos mesmos.

Percebendo diversos aspectos relevantes presentes no texto de criação do PROFUT, cabe destacar alguns elementos principais, que tratam de novas regras criadas pelo Programa e que são responsáveis pela promoção de mudanças significativas no processo de gestão financeira dos clubes de futebol brasileiro. Cabe destacar que este regramento introduz importantes alterações ao Estatuto do Torcedor e à Lei Pelé, gerando fortes impactos na rotina dos clubes.

Tais alterações podem se enquadrar em duas categorias, distinguindo-se em normas temporárias e as permanentes. As normas temporárias se referem à adesão facultativa por parte dos times a um sistema de parcelamentos de débitos existentes. Já as de caráter permanente representam diversas alterações realizadas na Lei nº 9.615/98 e na Lei nº 10.671/03, sendo classificadas dessa forma pelo seu caráter geral, atingindo a todos os clubes e sem possibilidade de escolha quanto à adesão.

Quando se trata da parte temporária, o PROFUT se refere à criação da possibilidade de concessão de parcelamento e redução de débitos tributários e não tributários aos clubes de futebol, buscando assim estabilizar a situação financeira dos

mesmos, uma vez que se estimava, à época, que a dívida total das agremiações superava cinco bilhões de reais.

Dessa forma, com esse intuito, a Lei propõe aos clubes de futebol que a ela aderirem um parcelamento de suas dívidas de FGTS em até 180 meses, e oferece um prazo maior para as dívidas tributárias, podendo estas ser parceladas em até 240 vezes. A norma garante ainda a redução de 40% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais. No entanto, tais propostas não podem ser interpretadas como uma forma de anistia, havendo a necessidade do pagamento integral das dívidas originais, sendo estas acrescidas ainda de juros conforme a taxa SELIC.

No entanto, impôs-se como facultativa a adesão ao sistema proposto pelo PROFUT, uma vez que o mesmo impõe aos clubes vinculados uma série de obrigações adicionais, tais como a limitação dos gastos com o futebol profissional e a redução do prejuízo anual a no máximo 5% da receita do ano anterior.

Além das obrigações orçamentárias e econômicas, está estabelecido ainda, em seu artigo 4º, condições para permanência no PROFUT, sob penalidade de exclusão ao momento que as mesmas sejam descumpridas.

- I - regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Medida Provisória, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;
- II - fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução;
- III - comprovação da existência e a autonomia do seu conselho fiscal;
- IV - proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato [...];
- V - redução do déficit ou prejuízo [...];
- VI - publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente;
- VII - cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário;
- VIII - previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;
- IX - demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam setenta por cento da receita bruta anual; e
- X - manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino. (BRASIL, 2015).

O que a Lei apresenta como novidade para a atividade desportiva brasileira é a implementação de medidas concretas impostas para a administração interna das entidades. O cumprimento de tais obrigações está garantido pelas sanções impostas no inciso VI do artigo 5º, dentre os quais impõem o “rebaixamento” dos clubes que não cumprirem com suas atribuições para a divisão imediatamente inferior a que se encontram. Essas penalidades podem provocar impactos decisivos no andamento das competições desportivas, no entanto, elevando potencialmente o nível das práticas de gestão atuais nos clubes de futebol brasileiro.

No entanto, a Lei nº 13.155/15 não apresenta apenas normatizações temporárias referentes ao parcelamento de tributos de clubes que aderirem ao programa, trazendo ainda, como forma permanente, algumas alterações na legislação preexistente, sendo que essas alterações alcançam todos os clubes de futebol profissional brasileiro, independentemente da adesão do parcelamento acima referido.

Cabe destacar na Lei o inciso VI do artigo 4º, que afirma a obrigatoriedade da publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais. Estas demonstrações contábeis devem ser submetidas a uma auditoria independente, e o relatório deverá ser publicado conjuntamente com as mesmas. Neste aspecto, também o PROFUT assevera a necessidade de transparência na evidenciação das informações contábeis dos clubes de futebol brasileiros.

Outra alteração importante imposta a todos os clubes de futebol brasileiros é a qualificação de atos de gestão temerária a sua vinculação aos dirigentes dos clubes, tornando passível a responsabilização da pessoa ocupante do cargo. Tais determinações estão apresentadas no artigo 27 da Lei, cabendo destacar-se a normatização apresentada no mesmo em relação a antecipação de receitas futuras. Conforme inciso V do artigo:

Art. 27. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de finalidade na direção da entidade ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como:
I - aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;
II - obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a entidade desportiva profissional;
III - celebrar contrato com empresa que tenha como dirigente seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
IV - o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no prazo de até um ano, antes

ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a entidade desportiva profissional;

V - antecipar ou comprometer receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:

a) o percentual de até trinta por cento das receitas referentes ao primeiro ano do mandato subsequente; ou

b) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do endividamento; e

VI - formar déficit ou prejuízo anual acima de vinte por cento da receita bruta apurada no ano anterior. (BRASIL, 2015).

Conforme apresentado na Lei, passa a ser proibida a antecipação de receitas relativas a períodos posteriores ao encerramento do mandato, exceção dispensada apenas ao limite de 30% das receitas inerentes ao próximo mandato.

Ainda, destaca-se a delimitação de prejuízos anuais inferiores a 20% da receita do ano anterior, conforme descrito também no artigo 27 da Lei, o que pode promover maior cuidado em negociações, principalmente em contratações que vislumbram bons resultados esportivos imediatos, mas que, no entanto, podem comprometer resultados econômicos futuros dos clubes.

De maneira geral, percebe-se a preocupação e o potencial da Lei em impulsionar mudanças na gestão dos clubes, direcionando o futebol brasileiro para um crescimento sustentável.

As normativas apresentadas nestas duas seções trazem incorrências importantes para a gestão dos clubes e para a necessidade de maior transparência dos atos de gestão, o que culmina com a divulgação pública das demonstrações contábeis anuais.

No mesmo contexto de edição de normas legais houve também a criação de normas contábeis específicas para os clubes de futebol, conforme se apresenta na sequência.

2.4 NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS AOS CLUBES DE FUTEBOL

Nesta seção apresentam-se as normas que devem ser observadas pelos clubes de futebol brasileiros, na consecução da sua escrituração contábil, bem como no processo de elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. Inicialmente, apresentam-se as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e na

sequência, apresenta-se uma abordagem sobre evidenciação voluntária e o Relatório de Administração.

2.4.1 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas aos Clubes de Futebol

Com o constante cenário de mudanças na divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol e tendo em vista a necessidade de comparação das mesmas, foi editado pelo Conselho Federal de Contabilidade a Resolução CFC nº 1.005, de 04 de setembro de 2004. Por meio desta resolução, se aprovou a NBC T 10.13 ao qual tratou especificamente de aspectos contábeis das entidades esportivas profissionais. Recentemente, essa NBC T foi revogada pela Resolução CFC nº 1.429 em 25 de janeiro de 2013, a qual aprovou ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional.

A mais recente norma tem como propósitos norteadores fixar formas e métodos de avaliação das entidades de futebol profissional e outras instituições desportivas. A ITG 2003 regula o tratamento a ser dado aos registros e a estruturação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol profissional e demais práticas desportivas profissionais que tenham alguma ligação com o desenvolvimento de atividades desportivas profissionais, de forma direta ou indireta.

Essa norma, ainda, enfoca especificamente os registros dos gastos com os atletas de categoria de base em formação, os quais devem estar amparados no mínimo pelos seguintes controles:

- a) composição dos gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.), devendo ser apropriados os gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por categoria (infantil, juvenil, juniores).
- b) emitir relatório mensal de apropriação de gastos para o resultado e para o intangível. (CONSELHO, 2013).

Ao abordar a questão das Demonstrações Contábeis, a ITG 2003 explica que estas devem ser elaboradas pela entidade desportiva profissional. Estabelece que o Balanço Patrimonial deve evidenciar contas que desmembrem a atividade desportiva profissional das demais, atribuindo com maior clareza, precisão e compreensão as demonstrações contábeis.

Nesse sentido, a evidenciação contábil tem como papel prover informações que demonstrem a situação dos clubes de futebol e que atendam às expectativas de usuários e investidores na avaliação do desempenho financeiro e operacional desse tipo de organização. Para Ludícibus (2010, p. 121), a evidenciação é uma tarefa inalienável da Contabilidade para com seus usuários e seus próprios objetivos, realçando que:

As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 121).

A ideia do autor também se aplica aos clubes, e uma vez que estes apresentem suas demonstrações contábeis de maneira correta e adequada, passam a disponibilizar aos interessados dados quantitativos e qualitativos, proporcionando aos usuários o acesso às informações adequadas.

Cabe destacar que a necessidade do aumento na transparência é um fator importante para qualquer tipo de organização. Conforme afirma Rezende (2009, p. 4), “no caso dos clubes brasileiros, o aumento no nível da evidenciação é necessário para criar condições favoráveis ao ingresso de investidores privados e à transição para o regime empresarial, processo que já ocorreu em outros países”.

O autor citado exemplifica, fazendo referência aos clubes ingleses e espanhóis que já disponibilizam informações contábeis da maior qualidade, elaborando e divulgando suas demonstrações financeiras de acordo com normas pré-estabelecidas e com exigências análogas às das empresas de capital aberto. Essas formas de divulgação diminuem a assimetria de informações entre integrantes do mercado e atribuem maior importância para as organizações, proporcionando maior visibilidade para estas e, assim, conseqüentemente, com maior transparência na prestação de contas por parte dos dirigentes, o que pode reduzir o custo de capital.

Cabe destacar que os aspectos referidos no parágrafo anterior ainda não são uma realidade dos clubes de futebol brasileiros, que até o momento ainda não são regidos por regras mercantis como se fossem empresas.

Mesmo assim, Ishikura (2005) defende o pressuposto de transformação dos clubes de futebol em sociedades anônimas, inclusive com abertura de capital,

ressaltando ainda a necessidade do incremento na evidenciação contábil e na transparência como formas de atrair mais investidores e potencializar este mercado.

Além da divulgação obrigatória que deve ser realizada pelos clubes de futebol, a partir das normas legais especificadas na seção 2.3 e das normas contábeis referidas neste item, entende-se ser necessário ampliar essas evidenciações por meio de evidenciação voluntária. No ambiente empresarial, o instrumento mais utilizado pelas empresas para realizar evidenciação voluntária é o Relatório da Administração, o qual é abordado na sequência.

2.4.2 Evidenciação Voluntária e o Relatório da Administração

No conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias, não há espaço para divulgar informações de caráter voluntário. Assim, mesmo para entidades como os clubes de futebol, enriquecer a divulgação formal com informações voluntárias adicionais pode ser um aspecto de diferenciação em termos de transparência. Essas informações de caráter voluntário podem ser divulgadas juntamente com o Relatório da Administração, previsto na Lei das Sociedades Anônimas, mas não obrigatório para os clubes de futebol.

No presente estudo, considerou-se o Relatório de Administração como um elemento adicional de evidenciação voluntária quando divulgado pelos clubes. Seus aspectos mínimos são descritos na sequência.

Como já referido, o Relatório de Administração está previsto na Lei nº 6.404/1976, sendo uma responsabilidade dos administradores, que devem apresentar à sociedade informações referentes aos negócios e aos principais fatos administrativos ocorridos no final de um exercício. Sua divulgação ocorre por meio de notas e itens, sem uma rigidez formal nem vinculação direta com itens específicos das demonstrações contábeis. Nas informações evidenciadas no Relatório de Administração, são ressaltadas perspectivas futuras e análises de fatos endógenos e exógenos que acarretaram alterações financeiras durante o período evidenciado, (BRASIL, 1976).

De acordo com Iudícibus (2010), o Relatório da Administração é um complemento às demonstrações financeiras, uma vez que fornece informações

adicionais tanto quantitativas como qualitativas. Essas informações são apresentadas de maneira menos técnica, e assim tornam-se mais acessíveis à compreensão dos usuários em geral.

Estudos desenvolvidos por Hendriksen e Van Breda (1999) a partir de análises de diversos Relatórios da Administração apontaram para a tendência de divulgação de informações mais otimistas em períodos de expansão ou, ainda, da inexistência delas em períodos de redução.

Os autores citados referem ainda que o Relatório da Administração é uma excelente ferramenta de divulgação dos atos de gestão. Contudo, na sua interpretação há que ser ter cuidado, pois não sendo auditado, o referido relatório pode conter certo grau de ufanismo ou mesmo servir de instrumento de autopromoção da administração.

De acordo com a Deliberação CVM nº 15/1987 e arts. 133 e 243 da Lei nº 6.404/76, os seguintes itens mínimos deveriam constar no Relatório da Administração:

- a) Descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda de poder aquisitivo da data do encerramento do exercício social. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação.
- b) Comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia.
- c) Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e "turnover" nos dois últimos anos, segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais.
- d) Investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados.
- e) Pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos.
- f) Novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relativas.
- g) Proteção ao meio ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado
- h) Reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização.
- i) Investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões.
- j) Direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial das por ação, negociação e cotação das ações em Bolsa de Valores.
- k) Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente colocados, sendo

que esta informação não se confunde com projeções por não ser quantificada.

- I) Em se tratando de companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas, mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

Mesmo que os clubes de futebol não tenham a obrigatoriedade de publicar o Relatório da Administração, entende-se que esta prática seria muito adequada no sentido de melhorar a divulgação de informações e revelar mais transparência. Os itens referidos podem ser um guia para essa evidenciação voluntária.

Conclui-se assim esta parte de revisão de literatura da pesquisa. Na sequência, são apresentados os estudos precedentes que foram revisados e que serviram de base empírica para a presente dissertação.

2.5 ESTUDOS PRECEDENTES RELACIONADOS AO TEMA DA PESQUISA

Para dar suporte teórico empírico à presente pesquisa e formular as hipóteses gerais que foram testadas no item específico da análise de dados, realizou-se uma revisão de estudos precedentes, no campo de conhecimento da investigação realizada.

No primeiro estudo revisado, Custódio e Rezende (2009) analisaram se as demonstrações contábeis das entidades de futebol adotaram critérios uniformes para os direitos federativos, após a publicação da NBC T 10.13. Os pesquisadores perceberam que, embora tenha havido uma dedicação dos agentes normativos para padronizar as informações contábeis dos clubes, prevaleceu a diversidade de tratamentos contábeis para eventos semelhantes entre as entidades.

Silva, Teixeira e Niyama (2009) coletaram dados das 19 equipes de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro em 2007, averiguando assim o comportamento e a variabilidade das evidenciações contábeis apresentadas pelos clubes e comparando essa variabilidade com a receita auferida e com o desempenho em campo no período observado. De acordo com o objeto de pesquisa, os pesquisadores ressaltaram que quanto maior foi a renda auferida no período, maior foram a transparência e a atenção dos clubes com as demonstrações contábeis.

Mesmo assim foi possível perceber uma resistência na divulgação financeira fidedigna dos dados.

Partindo de uma análise semelhante, considerando e correlacionado os fatores desempenho econômico com os resultados obtidos em campo, o estudo de Pereira et al. (2014) avaliou as informações de 20 clubes de futebol brasileiro no ano de 2012. Buscando analisar a eficiência do aproveitamento da estrutura futebolística por parte dos clubes de futebol percebeu-se que da amostra apenas quatro apresentam condição de eficiência.

Cardoso, Maia e Ponte (2012) detectaram que, enquanto os clubes europeus se baseiam na IAS 38 para guiar a evidenciação de informações relativas ao ativo intangível, os clubes brasileiros devem seguir a Lei nº 6.404/1976, suas alterações e o CPC 04. Apesar dos procedimentos contábeis indicados pela IAS 38 e pelo CPC 04, estes não abordam de forma específica qualquer detalhe relativo às entidades desportivas ou aos clubes de futebol. Nesta pesquisa foi verificado que os clubes brasileiros deixaram de apresentar várias informações relativas aos seus ativos intangíveis, não cumprindo o que está previsto no CPC 04 e diferenciando-se dos clubes europeus, que têm cumprido o que está previsto na IAS 38.

Ao analisar 69 demonstrações contábeis de clubes brasileiros entre os anos de 2006 a 2009, a pesquisa desenvolvida por Holanda et al. (2012) tinha como principal objetivo, enfocando os atletas em formação, investigar padrões de associação entre nível de observância de normas de disclosure. Pelos resultados obtidos, os autores constataram que com o passar do tempo se observou um aumento do nível de disclosure sobre os custos com formação de atletas dos clubes brasileiros de futebol.

Com base no Ranking da temporada de 2008/2009 dos 20 clubes da Europa informados pela Revista Forbes (Forbes Most Valuable Soccer Teams) e pela empresa de auditoria Delloite (Delloite Football Money League), Dantas e Boente (2011) mediram a eficiência dos clubes de futebol por meio da Análise Envoltória de Dados. Como output financeiro foram utilizados os dados coletados das receitas totais e o valor do clube. Já as despesas operacionais são o input. Os resultados revelaram que os Clubes Manchester United e Werder Bremen foram os mais eficientes na

geração de receitas. O Manchester foi o mais eficiente na geração de valor e também no aspecto esportivo, este último junto com o Barcelona.

Ainda, utilizando a norma brasileira de contabilidade ITG 2003, Galvão e Miranda (2016) analisaram as demonstrações contábeis dos 25 clubes da série A e B do Campeonato Brasileiro no ano de 2013 através do teste de Correlação de Spearman e da análise de correspondência (ANACOR), com o objetivo de testar se existe relação entre o grau de evidenciação do valor dos atletas e sua participação no patrimônio. Os resultados apontaram que existe possibilidade destas variáveis serem relacionadas, ou seja, existe relação entre o nível de evidenciação do valor dos atletas com sua participação no patrimônio.

Os estudos revisados relacionados a evidenciação, cumprimento de normas contábeis e eficiência deram base para a formulação das hipóteses que foram testadas nesta pesquisa. Assim, na seção que segue, apresentam-se as hipóteses gerais da pesquisa, tomando por premissa a realização do Teste de Hipóteses por diferença de média (Teste T).

2.6 HIPÓTESES DA PESQUISA

Tal como referido na seção anterior, a presente pesquisa estabeleceu algumas hipóteses para analisar fatores que possam ser considerados como relevantes para estarem relacionados aos diferentes níveis de evidenciação, seja ela obrigatória, voluntária ou total, tal como se explica no Capítulo 3. Assim, na sequência, são apresentadas as premissas gerais das hipóteses.

Partindo da fundamentação teórica, especificamente a partir da Teoria da Legitimidade e das questões de transparência, entende-se que as características dos gestores poderia ser um fator que diferenciase os diferentes níveis de evidenciação na amostra pesquisada. Assim, estabelece-se a primeira Hipótese:

Hipótese 1

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes.

As características testadas nesta hipótese foram idade, formação profissional e nível de instrução. Essas características foram as que puderam ser obtidas com base nos dados disponíveis nos clubes da amostra.

Hipótese 2

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho esportivo dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho esportivo dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram a colocação dos clubes segundo o Ranking da CBF e a pontuação dos clubes, de acordo com os critérios da CBF. As variáveis de desempenho também foram utilizadas nos estudos de Holanda et al. (2012).

Hipótese 3

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram endividamento, liquidez corrente e liquidez geral. As variáveis relativas à situação econômica e financeira foram utilizadas nos estudos de Pereira et al. (2014), e nesta pesquisa optou-se pelos indicadores referidos, pois segundo Matarazzo (2010) eles podem ser considerados os mais utilizados para a análise financeira das empresas.

Hipótese 4

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram a Margem Bruta e Margem EBITDA. As variáveis de desempenho econômico também foram utilizadas nos estudos de Pereira et al. (2014). Dada a especificidade e os constantes prejuízos

destas entidades, as medidas de Lucro bruto e EBITDA tendem a ser as mais adequadas para testar o desempenho econômico.

Hipótese 5

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e tamanho e intangibilidade dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e tamanho e intangibilidade dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram Ativo Não Circulante, Ativo Total, Receita Total e Intangível. As variáveis de tamanho e intangibilidade também foram utilizadas nos estudos de Galvão e Miranda (2015), Silva, Teixeira e Niyama (2009), Maia, Cardoso e Ponte (2013).

A partir da formulação das hipóteses, cabe apresentar os aspectos metodológicos que nortearam o estudo realizado, o que ocorre no capítulo seguinte.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se a descrição metodológica de pesquisa realizada. Inicialmente apresenta-se a população total e a amostra selecionada, para na sequência apresentar-se os procedimentos utilizados na coleta, no tratamento e na análise dos dados.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do estudo, a população-alvo foi composta pelos clubes de futebol brasileiros que disputaram a primeira divisão (Série A) do campeonato nacional em pelo menos um dos anos do período analisado (2012 a 2015).

Assim, a população inicial pesquisada esteve composta por 31 agremiações. Contudo, não foi possível ter acesso às demonstrações contábeis de nove clubes e a amostra final esteve composta pelos clubes relacionados no Quadro 2.

Quadro 2: Amostra Final de clubes pesquisados

1. Associação Atlética Ponte Preta – SP	12. Esporte Clube Vitória – BA
2. Avaí Futebol Clube – SC	13. Figueirense Futebol Clube – SC
3. Botafogo de Futebol e Regatas – RJ	14. Fluminense Football Club
4. Club de Regatas Vasco da Gama – RJ	15. Goiás Esporte Clube – GO
5. Clube Atlético Mineiro – MG	16. Grêmio Foot-Ball Porto Alegre – RS
6. Clube Atlético Paranaense – PR	17. Santos Futebol Clube – SP
7. Clube de Regatas do Flamengo – RJ	18. São Paulo Futebol Clube – SP
8. Coritiba Foot Ball Club – PR	19. Sociedade Esportiva Palmeiras – SP
9. Criciúma Esporte Clube – SC	20. Sport Club Corinthians Paulista – SP
10. Cruzeiro Esporte Clube – MG	21. Sport Club do Recife – PE
11. Esporte Clube Bahia – BA	22. Sport Club Internacional – RS

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do estudo.

Assim, a pesquisa contou com os dados relativos às demonstrações contábeis e informações dos dirigentes de 22 clubes do futebol brasileiro. Cabe reiterar que o critério para composição da amostra foi a disponibilidade das demonstrações contábeis, para livre consulta nas páginas da web dos clubes.

3.2 COLETA DOS DADOS

Tal como já mencionado, a coleta de dados se deu com base nos documentos contábeis e nas informações disponíveis nos sites oficiais, e abrange o período de 2012 a 2015.

As informações contábeis necessárias à análise proposta foram coletadas nos sites oficiais dos clubes. Nesses sites também foram coletadas informações sobre os dirigentes de cada agremiação.

As demais informações relativas aos certames e ao desempenho técnico dos clubes foram coletadas do site da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

3.3 TÉCNICAS PARA O TRATAMENTO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

Nesta seção apresentam-se as técnicas de tratamento e análise das evidências. Inicialmente, apresenta-se a determinação de índices de evidenciação e, na sequência, são apresentadas as demais variáveis utilizadas nos testes de hipótese, ou seja, as características dos dirigentes dos clubes, medidas de desempenho esportivo, índices de situação financeira, medidas desempenho econômico, variáveis de tamanho e intangibilidade. Por fim, são apresentadas as técnicas de análise de dados utilizadas.

3.3.1 Determinação de Índices de Evidenciação

A partir das informações coletadas nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol foram calculados os Índices de Evidenciação.

O primeiro índice a ser determinado foi relativo à Evidenciação Obrigatória, sendo este obtido pela confrontação das informações publicadas pelos clubes com as de divulgação compulsória previstas na Norma Contábil (ITG 2003), juntamente com o parecer de auditoria, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3: Itens de Evidenciação Obrigatória dos clubes de futebol

Item	Descrição da Norma Contábil de Entidades Desportiva Profissional
1	Publicação do Balanço Patrimonial (Lei nº 10.762/2003; NBC TG 26; ITG 2003);
2	Segregação por contas específicas da atividade desportiva profissional das demais (ITG 2003);
3	Publicação do Demonstração do Resultado (Lei nº 10.762/2003; NBC TG 26; ITG 2003);
4	Deve apresentar, de forma segregada, as receitas, os custos e as despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva profissional das demais (ITG 2003);
5	Demonstração do Resultado Abrangente: deve apresentar o resultado abrangente do período (Lei nº 10.762/2003; NBC TG 26; ITG 2003);
6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: deve apresentar superávit/déficit do exercício (Lei nº 10.762/2003; NBC TG 26; ITG 2003);
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa: deve apresentar as atividades operacionais e investimentos (Lei nº 10.762/2003; NBC TG 26; ITG 2003);
8	As notas explicativas mínimas divulgadas de acordo com o estabelecido ITG 2003;
9	Conteúdo mínimo de notas explicativas sobre gastos com a formação de atletas, registrados no ativo intangível e montante amortizado constante do resultado no exercício (ITG 2003);
10	Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível com a segregação do valor correspondente a gasto e amortização;
11	Receitas obtidas por atleta e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, devendo ser divulgados os percentuais de participação da entidade na negociação;
12	Devem ser divulgados o total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta ou a inexistência de direito econômico;
13	Valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras;
14	Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional;
15	Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas;
16	Seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade.
17	Parecer dos Auditores independentes (Lei nº 10.672/2003);
17.1	Divulgação do parecer dos auditores independentes;
17.2	Parecer não modificado;
17.3	Parecer modificado (com ressalva, abstenção de opinião ou opinião adversa).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Resolução CFC nº 1.429/2013.

Com base nas análises realizadas em relação à divulgação obrigatória descrita no Quadro 3, foi determinado o Índice de Evidenciação Obrigatória – IEO. Este índice foi obtido pela soma dos itens evidenciados por cada clube (Quadro 3),

sendo essa soma dividida pelo total de pontos possíveis de serem obtidos, da seguinte forma:

- Cada item evidenciado equivale a um (1) ponto, com exceção do parecer de auditoria, ao qual foi atribuído peso 2,0, desde que o mesmo estivesse publicado e fosse sem modificação. No caso de parecer modificado, a pontuação atribuída a este item foi de apenas 1 ponto, pela simples divulgação do item;
- Assim, a pontuação máxima que poderia ser obtida por cada clube, na evidenciação obrigatória seria igual a dezoito (18);
- Dividindo-se o total de pontos obtidos pelo clube, em cada ano, se obteve o IEO – Índice de Evidenciação Obrigatória, que foi calculado por cada ano analisado.

Sendo assim, com base nos critérios estabelecidos, se obteve como resultado um índice decimal que revela o IEO de cada clube em cada ano pesquisado.

O segundo índice a ser determinado foi relativo à Evidenciação Voluntária, o qual foi obtido pela confrontação das informações publicadas pelos clubes com os de divulgação previstos para os Relatórios da Administração, conforme Quadro 4.

Cabe ressaltar que o Relatório da Administração é de publicação obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto, conforme instrução específica da CVM e conforme disposto na Lei das Sociedades Anônimas. Contudo, os clubes de futebol brasileiros não estão sujeitos a essas normas, e pode se entender que os itens evidenciados no Relatório da Administração não sejam compulsórios. Assim sendo, denomina-se os mesmos como sendo voluntários.

Com base nas análises realizadas em relação à divulgação no Relatório da Administração descrito no Quadro 4, foi determinado o Índice de Evidenciação Voluntária – IEV. Este índice foi obtido pela soma dos itens evidenciados por cada clube (Quadro 4), sendo esta soma dividido pelo total de itens (12), o que dá como resultado um índice decimal que revela o nível de evidenciação voluntária de cada clube em cada ano pesquisado.

Quadro 4: Itens de Evidenciação no Relatório da Administração dos clubes de futebol

Item	Descrição da lei Aplicada no Relatório da Administração
1	Descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda de poder aquisitivo da data do encerramento do exercício social. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação.
2	Comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia.
3	Recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e "turnover" nos dois últimos anos, segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais.
4	Investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados.
5	Pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos.
6	Novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relativas.
7	Proteção ao meio ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado.
8	Reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização.
9	Investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões.
10	Direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial das por ação, negociação e cotação das ações em Bolsa de Valores.
11	Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente colocados, sendo que esta informação não se confunde com projeções por não ser quantificada.
12	Em se tratando de companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas, mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na deliberação CVM nº 15/1987 e art. 133 e 243 da Lei nº 6.404/76.

Posteriormente, com base nos dois índices descritos anteriormente, foi determinado o Índice de Evidenciação Total – IET. Este índice foi calculado com base na soma de itens obrigatórios e voluntários evidenciados por cada clube em cada ano. Após, esta soma de pontos foi dividida pelo total de pontos possíveis, ou seja 30 (18 de evidenciação obrigatória e 12 de evidenciação voluntária). Desta determinação foi obtido um índice decimal (ou percentual) que revela o nível de evidenciação total de cada clube em cada ano.

Após calculados, estes índices de evidenciação foram analisados de forma descritiva, na seção 4.1. Para esta análise, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva básicas como parte inicial da interpretação dos resultados.

Na sequência deste item, procedeu-se à análise de correlação entre os índices de evidenciação e as variáveis referidas na seção 3, e que são objeto de melhor explicação na seção que segue.

3.3.2 Variáveis para Testes de Correlação e Testes de Hipóteses

Conforme já referido ao final da seção 3, para buscar explicar os diferentes níveis de evidenciação encontrados buscou-se confrontar, por meio de correlação e testes de hipóteses, os referidos índices de evidenciação com Características dos Dirigentes, Desempenho Esportivo, Situação Financeira, Desempenho (situação) Econômico, Tamanho e Intangibilidade de cada clube em cada ano analisado. Estas variáveis estão descritas nos itens que seguem:

I. CARACTERÍSTICAS DOS DIRIGENTES

Para definir o perfil dos dirigentes dos clubes foram consideradas as seguintes características: idade, nível de instrução e formação acadêmica. Estas características foram quantificadas da seguinte forma:

- a. Idade: Foi utilizada a idade do dirigente no respectivo ano da gestão;
- b. Para a variável Formação utilizou-se dois grupos para testes:
 - Formação em Gestão: foi atribuído o algarismo 1 para os dirigentes formados em administração, engenharias e em marketing, e o algarismo 0 (zero) para os dirigentes de formação em outras áreas; e
 - Formação em Direito: foi atribuído o algarismo 1 para os dirigentes formados em direito, e o algarismo 0 (zero) para os dirigentes de formação em outras áreas.
- c. Nível de Instrução: foram atribuídos os seguintes níveis de instrução: 1 – Ensino Médio; 2 – Superior Completo; 3 – Pós-Graduação – Especialização/MBA; 4 – Mestrado; e, 5 - Doutorado.

II. DESEMPENHO ESPORTIVO

Para a variável de desempenho esportivo dos clubes de futebol foram considerados os pontos conquistados pelo clube, conforme a pontuação de cada clube ao longo dos anos (Pontos CBF) e a posição obtida nos campeonatos, conforme

o ranking da CBF (Colocação CBF). Foi utilizado o *Logaritmo Natural* (LN) no indicador pontos CBF, com vistas a normalizar a distribuição das variáveis.

III. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Na pesquisa realizada, a situação financeira dos clubes foi medida por meio dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e o Endividamento, de acordo com Matarazzo (2010),

A Liquidez Geral foi calculada da seguinte forma:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo}}{\textit{Passivo Total}}$$

O índice de Liquidez Corrente é calculado da seguinte forma:

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

O índice de Endividamento foi calculado da seguinte forma:

$$\textit{Endividamento} = \frac{\textit{Passivo Total}}{\textit{Ativo Total}} \times 100$$

IV. DESEMPENHO ECONÔMICO

Para as variáveis de desempenho econômico dos clubes de futebol utilizadas na pesquisa tem-se a Margem Bruta e a Margem EBITDA, de acordo com Matarazzo (2010).

A Margem bruta foi calculada da seguinte forma:

$$MB = \frac{\textit{Lucro Bruto}}{\textit{Receita Líquida}} \times 100$$

A Margem EBITDA foi calculada da seguinte forma:

$$ME = \frac{\textit{EBITDA}}{\textit{Receita Líquida}}$$

V. TAMANHO E INTANGIBILIDADE

Para as variáveis de tamanho e intangibilidade foram utilizados os seguintes dados e indicadores:

- Ativo Não Circulante, sendo utilizado o logaritmo natural do valor absoluto deste;

- Ativo Total, sendo utilizado o logaritmo natural do valor absoluto deste;
- Ativo Não Circulante em relação ao Ativo Total (AÑC/AT), como medida de nível de imobilização do ativo;
- Receita Total, sendo utilizado o Logaritmo natural do valor absoluto deste;
- Intangível, sendo utilizado o Logaritmo natural do valor absoluto do valor do Ativo Intangível;
- Intangível em relação ao Ativo Total (Int./AT), como medida da representatividade do Intangível em relação ao Ativo Total.

Com relação às variáveis de tamanho e intangibilidade, essas foram utilizadas em estudos anteriores já referidos quando da apresentação das hipóteses. Contudo, cabe justificar a utilização do intangível, dada a peculiaridade dos clubes de futebol, que pelos direitos federativos de atletas, assim como com os gastos em formação estarem apresentados deste item no balanço patrimonial.

3.3.3 Técnicas de Análise dos Dados

Inicialmente, os dados dos índices de evidenciação foram tabulados tendo sido realizada uma análise descritiva, tanto em cada ano como no período completo, destacando-se os clubes com melhores e piores índices de evidenciação. Para tanto foram utilizadas tabelas e gráficos para dar suporte às análises, que estão apresentadas na seção 4.1.

Na sequência, foram utilizadas a estatística descritiva e a correlação para confrontar os Índices de Evidenciação com as variáveis descritas na seção 3.4.2. Para o cálculo das estatísticas descritivas e dos coeficientes de correlação de Pearson, utilizou o software Excel.

Importante considerar que, quando calculados os coeficientes de correlação, identificou-se aqueles que obtiveram significância máxima de 0,10, conforme apresentado na Tabela 10.

A partir dos coeficientes de correlação encontrados, se realizou os testes de hipóteses por meio de testes de diferenças de médias, utilizando para tanto o teste t, analisando a significância bicaudal. Para realizar estes testes, os clubes foram classificados sempre em dois grupos, sendo o ponto de corte definido pela média do

Índice de Evidenciação, ou sendo o conjunto de variáveis divididos em tercís e o teste realizado entre os tercís extremos.

Para facilitar o entendimento, explica-se, juntamente com as análises, dentro do capítulo 4, os respectivos procedimentos de segregação das variáveis em cada um dos grupos, seja acima ou abaixo das médias de evidenciação, ou por tercil de maior ou menor índice de evidenciação. Assim, o leitor não necessita retornar a esta seção para entender os testes realizados.

3.4 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

As principais limitações metodológicas estão relacionadas com a própria interpretação dos dados. Como na determinação dos Índices de Evidenciação foi necessária a interpretação por parte do pesquisador, há sempre certo grau de subjetividade na avaliação da correta aplicação da ITG 2003 ou mesmo dos itens de evidenciação voluntária previstos para o Relatório da Administração. Mesmo assim, entende-se que este aspecto não interfere nos resultados obtidos, dado o cuidado dispensado no momento de interpretar os dados e determinar os Índices de Evidenciação.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo está destinado à apresentação das análises dos dados coletados na pesquisa. Inicialmente, na seção que segue, são descritos os níveis de transparência obrigatória, voluntária e total, nos clubes nos quais se realizou a pesquisa.

4.1 DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA ANALISADOS

Conforme já referido anteriormente, nesta seção apresenta-se uma descrição geral dos níveis de transparência nos clubes de futebol brasileiros que compuseram a amostra pesquisada. Estes níveis de transparência foram medidos pelos seguintes índices: IEO – Índice de Evidenciação Obrigatória, IEV – Índice de Evidenciação Voluntária e IET – Índice de Evidenciação Total.

Para realizar essa descrição, apresentam-se tabelas com os níveis de conformidade referidos, em ordem decrescente, identificando cada clube com seu respectivo índice. Também se apresenta a estatística descritiva anual dos índices de transparência.

Na Tabela 1 apresentam-se os índices de evidenciação do ano de 2012, sendo que, na sequência, na Tabela 2, é apresentada a estatística descritiva respectiva.

Com base na Tabela 1, percebe-se que quanto ao exercício social de 2012, dentre o total de clubes pesquisados, um número bem restrito apresentou índices de evidenciação Obrigatória – IEO superiores a 70% de atendimento da normativa contábil. Também se observou um número ainda mais restrito de clubes com evidenciação voluntária, e desta maneira, apenas seis dos 22 clubes analisados tiveram um Índice de Evidenciação Total superior a 50%. Os clubes com melhor evidenciação foram respectivamente: Santos FC, com melhor evidenciação obrigatória, SC Internacional, com melhor evidenciação voluntária e São Paulo FC, que teve a melhor evidenciação total, pois teve também boa evidenciação obrigatória e voluntária.

Tabela 1 – Índices de Evidenciação por clube em 2012

Níveis de Evidenciação (Transparência) por Clube no Exercício social encerrado em 31/12/2012								
Evidenciação Obrigatória (IEO)			Evidenciação Voluntária (IEV)			Evidenciação Total (IET)		
Rank	Clube	IEO	Rank	Clube	IEV	Rank	Clube	IET
1º	Santos	0,89	1º	Internacional	0,42	1º	São Paulo	0,63
2º	São Paulo	0,83	2º	São Paulo	0,33	2º	Internacional	0,63
3º	A Atletico Paranaense	0,83	3º	Coritiba	0,33	3º	Santos	0,53
4º	Internacional	0,78	4º	Fluminense	0,25	4º	Fluminense	0,53
5º	Fluminense	0,72	5º	Sport	0,25	5º	Coritiba	0,53
6º	A Atletico Mineiro	0,72	6º	A Atletico Mineiro	0,08	6º	A Atletico Paranaense	0,50
7º	Corinthians	0,72	7º	Santos	-	7º	A Atletico Mineiro	0,47
8º	Coritiba	0,67	8º	A Atletico Paranaense	-	8º	Corinthians	0,43
9º	Flamengo	0,67	9º	Corinthians	-	9º	Flamengo	0,40
10º	Grêmio	0,67	10º	Flamengo	-	10º	Grêmio	0,40
11º	Palmeiras	0,67	11º	Grêmio	-	11º	Palmeiras	0,40
12º	Botafogo	0,61	12º	Palmeiras	-	12º	Botafogo	0,37
13º	Cruzeiro	0,56	13º	Botafogo	-	13º	Cruzeiro	0,33
14º	Criciuma	0,50	14º	Cruzeiro	-	14º	Criciuma	0,30
15º	Figueirense	0,50	15º	Criciuma	-	15º	Figueirense	0,30
16º	Goias	0,50	16º	Figueirense	-	16º	Goias	0,30
17º	Ponte Preta	0,50	17º	Goias	-	17º	Ponte Preta	0,30
18º	Vasco	0,50	18º	Ponte Preta	-	18º	Vasco	0,30
19º	Avai	0,44	19º	Vasco	-	19º	Sport	0,30
20º	Sport	0,33	20º	Avai	-	20º	Avai	0,27
21º	Bahia	0,33	21º	Bahia	-	21º	Bahia	0,20
22º	Vitoria	0,28	22º	Vitoria	-	22º	Vitoria	0,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Observou-se ainda que EC Vitória e SC Bahia são os clubes com a pior evidenciação. Para complementar esta análise geral de 2012, cabe observar os dados da Tabela 2, apresentada na sequência.

Tabela 2 – Estatística Descritiva por clube em 2012

Estatística Descritiva 2012	IEO	IEV	IET
Média	0,6010	0,0758	0,3909
Erro padrão	0,0363	0,0295	0,0277
Mediana	0,6389	0,0000	0,3833
Moda	0,5000	0,0000	0,3000
Desvio padrão	0,1703	0,1383	0,1298
Variância da amostra	0,0290	0,0191	0,0168
Intervalo	0,6111	0,4167	0,4667
Mínimo	0,2778	0,0000	0,1667
Máximo	0,8889	0,4167	0,6333
Soma	13,2222	1,6667	8,6000
Contagem	22	22	22
Nível de confiança (95,0%)	0,0755	0,0613	0,0575

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com base nos dados da Tabela 2, se depreende que o Índice Médio de Evidenciação Obrigatória em 2012 foi de 0,6010, ou seja, na média, os clubes atenderam a 60% das divulgações requeridas nas normas contábeis, especificamente a Resolução CFC 1.429/2013. Entende-se que esta situação pode ser aceitável, dado que a referida norma passou a vigorar efetivamente para o exercício de 2013. Mesmo assim, clubes como São Paulo FC, Santos FC e C. Atlético Paranaense apresentavam índices de cumprimento da norma superiores a 80% já em 2012.

Dado o baixo Índice de Evidenciação Voluntária (7,6%), observa-se que o Índice de Evidenciação Total foi de apenas 0,3909 (39%), o que remete a observar que, em 2012, os índices de transparência dos clubes pesquisados são bastante baixos. Esta constatação decorre do fato de a maioria dos 22 clubes não estarem divulgando adequadamente em suas demonstrações contábeis as informações requeridas, remetendo à pouca transparência.

O segundo exercício social no qual se realizou a pesquisa refere-se a 2013. Os dados de evidenciação nos 22 clubes pesquisados estão apresentados na Tabela 3.

Em relação ao exercício social de 2013, observa-se que o São Paulo FC mantém um bom índice de evidenciação, com uma divulgação obrigatória de 89% do que é requerido pela norma contábil vigente. No entanto, por terem um índice de Evidenciação voluntária de 33%, em um IEO de 78%, o C de Regatas Flamengo e o Fluminense FC apresentaram os melhores índices de Evidenciação total, ou seja, 60% (0,60). Percebe-se assim uma mudança em relação a 2012, mas cabe destacar que o São Paulo permanece com a melhor evidenciação obrigatória e permanece como uma das melhores evidenciações totais.

Observou-se ainda que CR Vasco G., EC Vitória, Santos FC, Sport CR e SC Bahia são os clubes com a pior evidenciação. O grupo dos clubes com pior evidenciação praticamente se manteve em relação ao exercício 2012. Cabe destacar que o Santos FC se encontra nesse grupo, que obteve IEO de 39% e IET de apenas 23%, uma vez que, no exercício anterior (2012), esse era o time com o melhor índice de evidenciação obrigatória (89%), e na evidenciação total apareceu como o terceiro time (53%).

Tabela 3 – Índices de Evidenciação por clube em 2013

Níveis de Evidenciação (Transparência) por Clube no Exercício social encerrado em 31/12/2013								
Evidenciação Obrigatória (IEO)			Evidenciação Voluntária (IEV)			Evidenciação Total (IET)		
Rank	Clube	IEO	Rank	Clube	IEV	Rank	Clube	IET
1º	São Paulo	0,89	1º	Flamengo	0,33	1º	Flamengo	0,60
2º	Atletico Paranaense	0,83	2º	Fluminense	0,33	2º	Fluminense	0,60
3º	Flamengo	0,78	3º	Coritiba	0,33	3º	Coritiba	0,57
4º	Fluminense	0,78	4º	Botafogo	0,33	4º	Botafogo	0,53
5º	Palmeiras	0,78	5º	Sport	0,25	5º	São Paulo	0,53
6º	Atletico Mineiro	0,72	6º	Internacional	0,17	6º	Internacional	0,50
7º	Corinthians	0,72	7º	Atletico Mineiro	0,08	7º	Atletico Paranaense	0,50
8º	Coritiba	0,72	8º	São Paulo	-	8º	Atletico Mineiro	0,47
9º	Cruzeiro	0,72	9º	Atletico Paranaense	-	9º	Palmeiras	0,47
10º	Internacional	0,72	10º	Palmeiras	-	10º	Corinthians	0,43
11º	Avai	0,67	11º	Corinthians	-	11º	Cruzeiro	0,43
12º	Botafogo	0,67	12º	Cruzeiro	-	12º	Avai	0,40
13º	Gremio	0,67	13º	Avai	-	13º	Gremio	0,40
14º	Figueirense	0,61	14º	Gremio	-	14º	Figueirense	0,37
15º	Criciúma	0,56	15º	Figueirense	-	15º	Criciúma	0,33
16º	Goias	0,50	16º	Criciúma	-	16º	Sport	0,30
17º	Ponte Preta	0,50	17º	Goias	-	17º	Goias	0,30
18º	Vasco	0,44	18º	Ponte Preta	-	18º	Ponte Preta	0,30
19º	Vitória	0,44	19º	Vasco	-	19º	Vasco	0,27
20º	Santos	0,39	20º	Vitória	-	20º	Vitória	0,27
21º	Sport	0,33	21º	Santos	-	21º	Santos	0,23
22º	Bahia	0,28	22º	Bahia	-	22º	Bahia	0,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A partir dos índices individuais por clube, da Tabela 3, realizou-se os cálculos das medidas de estatística descritiva relativa aos ao exercício de 2013, conforme consta da Tabela 4.

Tabela 4 – Estatística Descritiva por clube do exercício de 2013

Estatística Descritiva 2013	IEO	IEV	IET
Média	0,6237	0,0833	0,4076
Erro padrão	0,0360	0,0290	0,0266
Mediana	0,6667	0,0000	0,4167
Moda	0,7222	0,0000	0,3000
Desvio padrão	0,1688	0,1361	0,1247
Variância da amostra	0,0285	0,0185	0,0155
Curtose	-0,6636	-0,3072	-0,9721
Assimetria	-0,5517	1,2269	-0,1297
Intervalo	0,6111	0,3333	0,4333
Mínimo	0,2778	0,0000	0,1667
Máximo	0,8889	0,3333	0,6000
Soma	13,7222	1,8333	8,9667
Contagem	22	22	22

Nível de confiança (95,0%)	0,0748	0,0603	0,0553
----------------------------	--------	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A partir da Tabela 4, se observa que o Índice Médio de Evidenciação obrigatória do exercício de 2013 foi de 0,6237, ou seja, na média, os clubes atenderam a aproximadamente 62% das divulgações requeridas nas normas contábeis. Entende-se que esta situação deveria haver melhorado em relação ao ano de 2012, pois neste exercício de 2013 já vigorava a Resolução 1.429/2013 do CFC, a qual já deveria estar sendo cumprida integralmente nesse exercício social. Novamente nesse exercício, São Paulo FC e Santos FC apresentam índices de cumprimento da norma, superiores a 80%.

De forma análoga ao observado no ano anterior, com o baixo índice de evidenciação voluntária (8,3%), observa-se que o Índice de Evidenciação total foi de apenas 0,4076 (40,7%), o que remete a observar que também em 2013 os índices de transparência dos clubes pesquisados continuam baixos.

Seguindo nas análises, são apresentados na Tabela 5 os dados obtidos nas pesquisas referentes ao exercício social de 2014.

Com base nos dados da tabela referida, se observa que em relação ao exercício social de 2014 um número superior de clubes apresenta índices de evidenciação obrigatória superiores a 80%, e também que aproximadamente 60% dos clubes pesquisados têm IEO superior a 70%, o que não era a realidade nos anos anteriores.

Mesmo assim, esta evolução favorável na evidenciação obrigatória não se refletiu na evidenciação total, dado que somente dois clubes divulgaram itens de evidenciação voluntária. Assim, registrou-se uma diminuição no número de clubes com IET superior a 50% em 2014, comparativamente ao ano anterior.

Tabela 5 – Índices de Evidenciação por clube em 2014

Níveis de Evidenciação (Transparência) por Clube no Exercício social encerrado em 31/12/2014								
Evidenciação Obrigatória (IEO)			Evidenciação Voluntária (IEV)			Evidenciação Total (IET)		
Rank	Clube	IEO	Rank	Clube	IEV	Rank	Clube	IET
1º	São Paulo	0,89	1º	São Paulo	0,33	1º	São Paulo	0,67
2º	Atletico Paranaense	0,83	2º	Fluminense	0,33	2º	Fluminense	0,63
3º	Botafogo	0,83	3º	Atletico Paranaense	-	3º	Atletico Paranaense	0,50
4º	Fluminense	0,83	4º	Botafogo	-	4º	Botafogo	0,50
5º	Atletico Mineiro	0,78	5º	Atletico Mineiro	-	5º	Atletico Mineiro	0,47
6º	Coritiba	0,78	6º	Coritiba	-	6º	Coritiba	0,47
7º	Flamengo	0,78	7º	Flamengo	-	7º	Flamengo	0,47
8º	Palmeiras	0,78	8º	Palmeiras	-	8º	Palmeiras	0,47
9º	Santos	0,78	9º	Santos	-	9º	Santos	0,47
10º	Corinthians	0,72	10º	Corinthians	-	10º	Corinthians	0,43
11º	Cruzeiro	0,72	11º	Cruzeiro	-	11º	Cruzeiro	0,43
12º	Gremio	0,72	12º	Gremio	-	12º	Gremio	0,43
13º	Internacional	0,72	13º	Internacional	-	13º	Internacional	0,43
14º	Avaí	0,61	14º	Avaí	-	14º	Avaí	0,37
15º	Figueirense	0,61	15º	Figueirense	-	15º	Figueirense	0,37
16º	Ponte Preta	0,61	16º	Ponte Preta	-	16º	Ponte Preta	0,37
17º	Criciúma	0,56	17º	Criciúma	-	17º	Criciúma	0,33
18º	Goiás	0,56	18º	Goiás	-	18º	Goiás	0,33
19º	Sport	0,50	19º	Sport	-	19º	Sport	0,30
20º	Vasco	0,50	20º	Vasco	-	20º	Vasco	0,30
21º	Vitoria	0,50	21º	Vitoria	-	21º	Vitoria	0,30
22º	Bahia	0,28	22º	Bahia	-	22º	Bahia	0,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

No que se refere aos clubes com melhores índices de evidenciação, destaca-se novamente o São Paulo FC, o qual manteve sua posição de destaque sendo o primeiro em todos os critérios de evidenciação. Da mesma forma que, em 2013, o Fluminense FC se manteve como o segundo clube com melhor evidenciação total, principalmente por ter realizado divulgação voluntária.

Observou-se ainda que o EC Vitória e o SC Bahia são os clubes com a pior evidenciação. O grupo dos clubes com pior evidenciação praticamente se manteve nesses três anos, mas o único clube com evidenciação obrigatória inferior a 50%, neste ano, é o SC Bahia, com IEO de 28% e evidenciação total de apenas 17%.

Para complementar esta análise geral de 2014, cabe observar os dados da Tabela 6, apresentada na sequência. Com base nesta Tabela, se percebe que o IEO médio relativo ao exercício social de 2014 equivale a 0,6768 (67,68%). Cabe destacar

que este índice é superior ao do exercício de 2013, e revela que os clubes pesquisados melhoram sua evidenciação obrigatória com o passar do tempo.

Tabela 6 – Estatística Descritiva por clube em 2014

Estatística Descritiva 2014	IEO	IEV	IET
Média	0,6768	0,0303	0,4182
Erro padrão	0,0320	0,0209	0,0238
Mediana	0,7222	0,0000	0,4333
Moda	0,7778	0,0000	0,4667
Desvio padrão	0,1501	0,0981	0,1116
Variância da amostra	0,0225	0,0096	0,0125
Curtose	0,6573	8,0850	0,9245
Assimetria	-0,8972	3,0587	0,1690
Intervalo	0,6111	0,3333	0,5000
Mínimo	0,2778	0,0000	0,1667
Máximo	0,8889	0,3333	0,6667
Soma	14,8889	0,6667	9,2000
Contagem	22	22	22
Nível de confiança (95,0%)	0,0665	0,0435	0,0495

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Observando os dados da Tabela 6, é perceptível que, mesmo tendo-se registrado uma piora na evidenciação voluntária, a evidenciação total média do exercício de 2014 também se mostra superior à do ano anterior, refletindo-se num índice de 0,4182 (41,8%), o que é superior aos 40,7% de 2013.

Cabe observar que há uma tendência de evolução positiva nos níveis de evidenciação dos clubes durante estes primeiros três anos da análise, principalmente no que se refere à evidenciação dos itens obrigatórios, estabelecidos na ITG 2003.

Concluindo esta parte inicial das análises, apresenta-se na Tabela 7 os dados de evidenciação por clube, relativos ao exercício social de 2015.

Com base na Tabela 7, cabe destacar que, em relação ao exercício social de 2015, nove clubes (41%) apresentaram evidenciação obrigatória (IEO) superior a 80%. Também há que se destacar que 14 clubes (63,6%) tiveram evidenciação obrigatória superior a 70%. Esta constatação revela uma melhora significativa na evidenciação obrigatória, consolidando o que já se observava nos anos anteriores, ou seja, a cada ano que passa, durante o período de análise, melhora a evidenciação obrigatória nos clubes.

Se observou também que, neste último ano, três clubes registraram evidenciação obrigatória de 94%, sendo eles, em ordem alfabética: Coritiba FBC, Grêmio FBPA e São Paulo FC.

Tabela 7 – Índices de Evidenciação por clube em 2015

Níveis de Evidenciação (Transparência) por Clube no Exercício social encerrado em 31/12/2015								
Evidenciação Obrigatória (IEO)			Evidenciação Voluntária (IEV)			Evidenciação Total (IET)		
Rank	Clube	IEO	Rank	Clube	IEV	Rank	Clube	IET
1º	Coritiba	0,94	1º	Atletico Paranaense	0,67	1º	Atletico Paranaense	0,77
2º	Gremio	0,94	2º	São Paulo	0,42	2º	São Paulo	0,73
3º	São Paulo	0,94	3º	Fluminense	0,33	3º	Coritiba	0,67
4º	Botafogo	0,89	4º	Coritiba	0,25	4º	Fluminense	0,67
5º	Fluminense	0,89	5º	Flamengo	0,25	5º	Gremio	0,57
6º	Santos	0,89	6º	Cruzeiro	0,17	6º	Flamengo	0,57
7º	Atletico Mineiro	0,83	7º	Gremio	-	7º	Botafogo	0,53
8º	Atletico Paranaense	0,83	8º	Botafogo	-	8º	Santos	0,53
9º	Palmeiras	0,83	9º	Santos	-	9º	Atletico Mineiro	0,50
10º	Flamengo	0,78	10º	Atletico Mineiro	-	10º	Palmeiras	0,50
11º	Internacional	0,78	11º	Palmeiras	-	11º	Cruzeiro	0,50
12º	Avaí	0,72	12º	Internacional	-	12º	Internacional	0,47
13º	Corinthians	0,72	13º	Avaí	-	13º	Avaí	0,43
14º	Cruzeiro	0,72	14º	Corinthians	-	14º	Corinthians	0,43
15º	Criciúma	0,61	15º	Criciúma	-	15º	Criciúma	0,37
16º	Figueirense	0,61	16º	Figueirense	-	16º	Figueirense	0,37
17º	Ponte Preta	0,61	17º	Ponte Preta	-	17º	Ponte Preta	0,37
18º	Goiás	0,56	18º	Goiás	-	18º	Goiás	0,33
19º	Vasco	0,56	19º	Vasco	-	19º	Vasco	0,33
20º	Bahia	0,50	20º	Bahia	-	20º	Bahia	0,30
21º	Sport	0,44	21º	Sport	-	21º	Sport	0,27
22º	Vitória	0,39	22º	Vitória	-	22º	Vitória	0,23

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

No que se refere à evidenciação voluntária (IEV), se observou que, no exercício de 2015, seis clubes apresentaram estas informações, o que se mostra muito semelhante aos exercícios de 2012 e 2013. Neste quesito, cabe destacar o C. Atlético Paranaense, com melhor evidenciação voluntária, com índice de 0,67 (67%).

Em consequência da melhora na evidenciação obrigatória e voluntária, neste último ano, 11 dos 22 clubes analisados (50%) tiveram um Índice de Evidenciação Total igual ou superior a 50%. Assim, o exercício de 2015 é o que tem os melhores índices de evidenciação, consolidando uma melhoria na transparência nos clubes.

Neste último ano, os clubes com melhor evidenciação foram, respectivamente, o C. Atlético Paranaense, com melhor evidenciação voluntária e também com a melhor evidenciação total, e o São Paulo FC, que vinha se destacando ao longo dos exercícios sociais, mas neste último ficou na segunda posição no que se refere ao IET. Cabe destacar ainda os clubes Coritiba FBC e Grêmio FBPA, com melhor evidenciação obrigatória. O Coritiba também está na terceira posição em termos de evidenciação total, item no qual cabe destacar o Fluminense FC, que apesar da quarta posição neste ano, mostrou bons índices de evidenciação durante todo o período analisado.

Por fim, o destaque negativo em termos de evidenciação recai sobre o Sport CR e o EC Vitória, que são os clubes com a pior evidenciação obrigatória e total. À exceção dessas duas agremiações, todos os demais clubes pesquisados tiveram evidenciação obrigatória igual ou superior a 50%.

Para concluir esta análise geral, a partir dos índices individuais por clube, apresentados na Tabela 7, foram realizados os cálculos das medidas de estatística descritiva relativa aos índices de evidenciação por clube relativos ao exercício social de 2015, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Estatística Descritiva por clube em 2015

Estatística Descritiva 2015	IEO	IEV	IET
Média	0,7273	0,0947	0,4742
Erro padrão	0,0362	0,0385	0,0316
Mediana	0,7500	0,0000	0,4833
Moda	0,9444	0,0000	0,5000
Desvio padrão	0,1696	0,1806	0,1483
Variância da amostra	0,0288	0,0326	0,0220
Curtose	-0,9112	3,8852	-0,5905
Assimetria	-0,4368	2,0320	0,3371
Intervalo	0,5556	0,6667	0,5333
Mínimo	0,3889	0,0000	0,2333
Máximo	0,9444	0,6667	0,7667
Soma	16,0000	2,0833	10,4333
Contagem	22	22	22
Nível de confiança (95,0%)	0,0752	0,0801	0,0658

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com base na Tabela 8, pode-se observar que o Índice de Médio de Evidenciação obrigatória do exercício de 2015 foi 0,7273, ou seja, em média, os clubes atenderam a 72,73% dos itens requeridos pela Resolução CFC 1.429/2013.

Cabe referir que o índice de evidenciação voluntária de 0,0947 (9,47%) permanece baixo, mas registra um aumento expressivo em relação ao exercício social de 2014 e se constitui no melhor índice em todos os anos analisados. O Índice Médio de Evidenciação Total neste último ano foi de 0,4742 (47,47%), e mesmo que permaneça inferior a 50%, é o melhor dos quatro anos analisados.

Assim se percebe que, durante o quadriênio analisado, houve uma sensível melhora na evidenciação obrigatória e, considerando também uma melhoria na evidenciação voluntária, entende-se que a maioria dos clubes passou a ter maior preocupação com a transparência na divulgação de informações contábeis. Esta preocupação de certa forma pode decorrer das próprias normas legais vigentes, que requerem cada vez mais transparência aos clubes de futebol tanto na divulgação dos atos de gestão como na publicação de suas demonstrações contábeis.

Estes resultados, que revelam uma evolução positiva nos níveis de evidenciação encontrados, são compatíveis com os achados de Holanda et al. (2012). Estes pesquisadores também haviam detectado em seus estudos uma tendência de melhora nos níveis de disclosure com o passar do tempo.

Concluída esta parte inicial das análises, cabe seguir no exame dos dados, apresentando na sequência a estatística descritiva de todas as variáveis utilizadas nos testes de hipóteses, assim com a correlação entre estas.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE EVIDENCIAÇÃO E AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

Para analisar os dados e buscar destacar variáveis que diferenciam os clubes com melhores índices de evidenciação, procedeu-se de duas formas. Inicialmente, considerou-se os índices individuais de cada clube em cada ano, tendo-se assim um total de 88 observações (22 clubes x 4 anos) em cada variável. Para iniciar as análises, apresenta-se na Tabela 9 a estatística descritiva deste conjunto total de observações.

Com base nos dados da Tabela 9, cabe destacar os valores médios de todas as variáveis. Em especial, cabe considerar que o Índice de Evidenciação Obrigatório – IEO no período é de 65,7% (0,657), e por haver um baixo Índice de Evidenciação Voluntária – IEV (7,1%), o Índice de Evidenciação Total – IET médio acaba sendo de 42,3%. Ainda cabe destacar outros aspectos, quais sejam:

- A idade média dos presidentes de clubes é de 61,5 anos, seu nível de instrução médio é de nível superior e o número mais significativo destes tem formação em direito (48,9%);
- A colocação dos clubes no Ranking da CBF tem significativa variabilidade e não depende somente da classificação no campeonato brasileiro;
- O clube, pelas médias dos indicadores, tem baixa liquidez, alto endividamento e baixa rentabilidade; e
- Há uma grande variabilidade quanto ao porte dos clubes (Ativos, Receitas, Intangibilidade).

Tabela 9 – Estatística Descritiva dos Índices de Evidenciação e as variáveis de análise

Item	Média	Mediana	Desv. Pd	Variância	Mínimo	Máximo	Cont.	N/C 95%
IEO	0,657	0,694	0,169	0,029	0,278	0,944	88	0,0359
IEV	0,071	0,000	0,141	0,020	0,000	0,667	88	0,0299
IET	0,423	0,433	0,131	0,017	0,167	0,767	88	0,0277
Idade	61,557	61,000	12,426	154,411	35,000	85,000	88	2,6329
Instr.	2,216	2,000	0,794	0,631	1,000	5,000	88	0,1683
F Gestão	0,330	0,000	0,473	0,223	0,000	1,000	88	0,1002
F Direito	0,489	0,000	0,503	0,253	0,000	1,000	88	0,1065
Col. CBF	12,602	11,500	8,323	69,277	1,000	38,000	88	1,7635
Pts CBF(LN)	8,820	9,231	0,899	0,809	6,382	9,693	88	0,1906
Endividamento	1,512	0,991	1,546	2,389	0,146	8,159	88	0,3275
L C	0,359	0,279	0,315	0,099	0,010	1,851	88	0,0667
L G	0,275	0,157	0,258	0,066	0,016	1,023	88	0,0546
Mg Brut	0,084	0,091	0,192	0,037	-0,505	0,470	88	0,0407
Mg EBITDA	0,024	0,043	0,364	0,132	-1,648	1,826	88	0,0771
AÑC (LN)	12,030	12,241	1,222	1,493	7,313	13,953	88	0,2589
Ativo (LN)	12,297	12,428	1,064	1,131	10,090	14,147	88	0,2253
ANC/AT	0,826	0,867	0,189	0,036	0,037	0,996	88	0,0399
Receita (LN)	11,553	11,653	0,801	0,642	9,838	12,802	88	0,1698
Intang (LN)	10,204	10,596	1,352	1,828	6,225	12,210	88	0,2865
Int./AT	0,175	0,152	0,138	0,019	0,007	0,649	88	0,0292

Observações: 88

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da estatística descritiva apresentada, calculou-se a correlação entre todas estas variáveis, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Correlação entre Índices de Evidenciação e as variáveis de análise

Correlação Pearson	IEO	IEV	IET
IEO	1		
IEV	0,3160	1	
IET	0,9126	0,6763	1
Idade	0,1385	0,0395	0,1245
Instrução	0,0059	0,1266	0,0591
Formação Gestão	-0,0244	0,0903	0,0200
Formação Direito	0,2725**	0,0993	0,2544**
Colocação CBF	-0,4834***	-0,2156**	-0,4682***
Pontos CBF (LN)	0,3550***	0,0731	0,3071***
Endividamento	-0,0625	-0,1099	-0,0959
LC	-0,0940	0,0719	-0,0420
LG	-0,0608	0,0194	-0,0388
Margem Bruta	-0,0448	0,1013	0,0089
Margem EBITDA	0,2120**	0,0826	0,2002*
AÑC (LN)	0,5312***	0,2126**	0,5041***
ATIVO (LN)	0,5663***	0,3023***	0,5699***
ANC/AT	0,1736	-0,0336	0,1203
Receita (LN)	0,5256***	0,1916*	0,4906***
Intangível (LN)	0,4546***	0,1393	0,4130***
Int./AT	0,0148	-0,1577	-0,0565

Observações: 88

*** Significância 0,01; ** Significância 0,05; * Significância 0,10

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados da Tabela 10, percebe-se que as variáveis Formação dos Dirigentes em Direito, Colocação no Ranking da CBF, Pontos pelo Critério da CBF (LN), Margem EBITDA, Ativo Não Circulante – AÑC (LN), Ativo Total (LN), Receita Anual (LN) e Ativo Intangível (LN) possuem correlações significativas com a Evidenciação Obrigatória nos Clubes. Embora algumas correlações sejam de valores mais baixos, todas elas têm níveis de significância robustos (0,01 ou 0,05), conforme legenda no rodapé da tabela.

Interpretando os coeficientes de correlação pode-se inferir que os clubes com melhores Índices de Evidenciação Obrigatória são aqueles que: a formação de dirigentes é majoritariamente na área do direito; possuem melhor desempenho desportivo, possuem melhor desempenho econômico pela margem EBITDA e tendem

a ser os clubes com maior ativo, maior receita e maior valor de intangível, ou seja, clubes de maior porte.

Com relação ao Índice de Evidenciação Voluntária, percebe-se correlação significativa deste com um número menor de variáveis, ou seja: Colocação no Ranking da CBF, Ativo Não Circulante – AÑC (LN), Ativo Total (LN), Receita Anual (LN). Assim, clubes mais bem posicionados no ranking da CBF e de maior porte tendem a apresentar uma melhor evidenciação voluntária.

Para o índice de Evidenciação Total, percebeu-se que as variáveis Formação dos Dirigentes em Direito, Colocação no Ranking da CBF, Pontos pelo Critério da CBF (LN), Margem EBITDA, Ativo Não Circulante – AÑC (LN), Ativo Total (LN), Receita Anual (LN) e Ativo Intangível (LN) possuem correlações significativas com a evidenciação total nos clubes. Esses resultados levam a interpretação análoga àquela realizada em relação ao nível de evidenciação obrigatória.

Com base nos dados apresentados das estatísticas descritivas (Tabela 9) e na Correlação de Pearson (Tabela 10), procedeu-se com uma análise descritiva das médias por clube, totalizando 22 observações (clubes) no período de quatro anos. Apresenta-se na Tabela 11 a estatística descritiva desse conjunto de observações.

Tabela 11 – Estatística Descritiva das médias por clubes dos Índices de Evidenciação e as Variáveis de Análise

Item	Média	Mediana	Desv. Pd	Variância	Mínimo	Máximo	Cont.	N/C 95%
IEO	0,657	0,729	0,152	0,023	0,347	0,889	22	0,067
IEV	0,071	0,000	0,100	0,010	0,000	0,313	22	0,044
IET	0,423	0,438	0,118	0,014	0,208	0,642	22	0,052
Idade	61,557	58,750	10,735	115,250	45,500	81,000	22	4,760
Instr.	2,216	2,000	0,700	0,490	1,000	4,000	22	0,310
F Gestão	0,330	0,250	0,396	0,157	0,000	1,000	22	0,176
F Direito	0,489	0,500	0,404	0,164	0,000	1,000	22	0,179
Col.CBF	12,602	11,375	7,856	61,724	3,000	28,500	22	3,483
Pts CBF (LN)	8,820	8,924	0,323	0,104	8,103	9,141	22	0,143
Endividamento	1,512	0,993	1,446	2,091	0,344	6,567	22	0,641
L C	0,359	0,292	0,252	0,064	0,022	0,977	22	0,112
L G	0,275	0,178	0,243	0,059	0,029	0,872	22	0,108
Mg Brut	0,084	0,097	0,105	0,011	-0,129	0,322	22	0,047
Mg EBITDA	0,024	0,005	0,243	0,059	-0,468	0,603	22	0,108
AÑC (LN)	12,297	12,478	1,069	1,143	10,198	14,065	22	0,474
Ativo (LN)	12,030	12,267	1,162	1,351	9,153	13,883	22	0,515
ANC/AT	0,826	0,859	0,150	0,023	0,468	0,994	22	0,067

Receita (LN)	11,553	11,650	0,778	0,606	10,147	12,578	22	0,345
Intang (LN)	10,204	10,662	1,303	1,698	7,256	12,146	22	0,578
Int./AT	0,175	0,160	0,124	0,015	0,021	0,576	22	0,055

Observações: 22
Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando os dados da Tabela 11, vale destacar que não houve alterações significativas nos valores médios de todas as variáveis comparativamente aos dados da Tabela 9.

Assim sendo, as mesmas observações já realizadas em relação à Tabela 9 se mantêm quando utilizados os dados médios por clube, no conjunto de quatro anos analisado. Contudo, cabe analisar se com um número menor de observações ocorre alterações nos índices de correlação, os quais foram recalculados para o novo conjunto de 22 observações e estão apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Correlação das médias por clube entre Índices de Evidenciação e Variáveis de Análise

Correlação Pearson	IEO	IEV	IET
IEO	1		
IEV	0,5484	1	
IET	0,9591	0,7627	1
Idade	0,2572	0,0913	0,2298
Instrução	-0,0016	0,0861	0,0279
Formação Gestão	-0,0336	-0,0995	-0,0597
Formação Direito	0,3265*	0,3899*	0,3845*
Colocação CBF	-0,5427***	-0,2905	-0,5181***
Pontos CBF (LN)	0,5533***	0,3175	0,5354***
Endividamento	-0,1117	-0,1643	-0,142
LC	-0,0817	0,0813	-0,0357
LG	-0,0441	0,0104	-0,0306
Margem Bruta	-0,0387	0,2721	0,0622
Margem EBITDA	0,3349*	0,1946	0,3249*
AÑC (LN)	0,6349***	0,4039*	0,6278***
ATIVO (LN)	0,6484***	0,4322**	0,6478***
ANC/AT	0,2256	0,1265	0,2173
Receita (LN)	0,5854***	0,2559	0,5394***
Intangível (LN)	0,5315**	0,2372	0,4914**
Int./AT	0,0419	-0,2243	-0,0435

Observações: 22
*** Significância 0,01; ** Significância 0,05; * Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados da Tabela 12, se percebe que o coeficiente de correlação entre os Índices Médios de Evidenciação por clube e as Variáveis de Análise praticamente se mantém de maneira semelhante ao observado na Tabela 10.

Tanto o IEO quanto o IET médios por clube mantêm coeficientes de correlação significativos (Significância 0,01 e 0,05) com as variáveis Colocação no Ranking da CBF, Pontos pelo Critério da CBF (LN), Ativo Não Circulante – AÑC (LN), Ativo Total (LN), Receita Anual (LN) e Ativo Intangível (LN). Mesmo que a correlação entre estes dois índices de correlação se mantenha com as variáveis Formação dos Dirigentes em Direito e Margem EBITDA, esta é menos intensa e com um nível de significância de 0,10.

Percebe-se ainda que o Índice de Evidenciação Voluntária apresenta correlações com menos variáveis neste novo teste com os índices médios por clube, e com níveis de significância entre 0,05 e 0,10. Assim, percebe-se correlação entre o IEV por Clube e as variáveis Formação de Dirigentes em Direito, Ativo Não Circulante – AÑC (LN) e Ativo Total (LN).

Nesta análise de correlação, cabe destacar que a formação de dirigentes na área do direito, o melhor desempenho desportivo, a melhor performance econômica e o maior porte são aspectos que se destacam nos clubes que melhor evidenciam suas informações em suas demonstrações contábeis anuais.

A partir desses resultados se pode inferir que a correlação positiva entre índices de evidenciação e clubes com gestores majoritariamente formados na área do direito é coerente com o aspecto da legalidade e da formalidade. Dado que as normas legais referidas no Capítulo 2 exigem dos clubes maior transparência, é compreensível que gestores formados em direito busquem cumprir normas legais adequadamente.

A correlação positiva entre índices de evidenciação e variáveis, que em seu conjunto indicam clubes mais bem posicionados nos certames, com maior porte e melhores resultados econômicos, é coerente com a necessidade de legitimação junto a um número maior de sócios e torcedores e com a própria necessidade de transparência para com estes seus adeptos. Os clubes com estas características

estão mais sujeitos à exposição pública e, logo, a transparência pode ser fator de agregação de valor e manutenção do status atual.

Concluída a parte das análises, cabe seguir no exame dos dados, apresentando na sequência os testes de hipóteses das variáveis significantes elencados através dos Índices de Evidenciação Obrigatória, Voluntária e Total.

4.3 TESTE DE HIPÓTESES ENTRE OS ÍNDICES DE EVIDENCIAÇÃO E AS VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO SIGNIFICATIVA

Com finalidade de observar a relação entre os Índices de Evidenciação Obrigatória (IEO) e as variáveis que apresentaram correlação significativa com estes, realizou-se os testes de hipóteses por meio do Teste T de diferença de médias. Esses testes são apresentados na sequência, na mesma ordem das hipóteses apresentadas ao final do Capítulo 2 e novamente explicadas no Capítulo 3. Cabe ressaltar que somente foram testadas hipóteses entre variáveis que apresentaram coeficientes de correlação significativos na seção 4.2

4.3.1 Hipótese 1

Nesta primeira hipótese, buscou-se avaliar a existência de relação entre os Níveis (Índices) de Evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes de futebol, sendo que os resultados poderiam comprovar que:

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e as características dos dirigentes dos clubes.

As características testadas nesta hipótese foram Idade, Formação profissional e Nível de Instrução. Com base nas correlações realizadas na seção 4.2, foi possível observar que os índices de evidenciação podem estar relacionados com os clubes cujos dirigentes tenham formação em direito.

Os primeiros testes realizados foram entre os índices de evidenciação obrigatória e a formação em direito, em todos os clubes em todos os quatro anos, o

que compreende 88 observações, conforme Tabela 13. A partir dessa tabela, se observa os resultados do teste de hipótese, comparando os índices de evidenciação obrigatória nas 88 observações com a variável Formação em Direito dos presidentes (dirigentes) dos clubes. Separando essas observações pelo IEO médio, se percebe que no grupo de 51 observações com evidenciação acima da média, aproximadamente 62,7% dos dirigentes são formados em direito. Já no grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, a formação de dirigentes em direito é bem menor, ou seja, aproximadamente 29,7%.

Tabela 13 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período – Formação em Direito (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de extremos		
	IET Todas as observações	F Direito +	F Direito -	F Direito + E	F Direito - E
Média		0,6275	0,2973	0,6000	0,3333
Variância		0,2384	0,2147	0,2483	0,2299
Observações		51	37	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		80		58	
Stat t		3,2253		2,1122	
P(T<=t) uni-caudal		0,0009		0,0195	
t crítico uni-caudal		1,6641		1,6716	
P(T<=t) bi-caudal		0,0018		0,0390	
t crítico bi-caudal		1,9901		2,0017	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como essa diferença é estatisticamente significativa, com significância menor que 0,01, se pode afirmar que, no conjunto de observações em que há melhor evidenciação obrigatória, a maioria dos dirigentes (presidentes) tem formação em Direito.

Contudo, ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações na qual há melhor IEO e um extremo inferior onde a evidenciação obrigatória é bem pior. Neste segundo exame, também se observou que, no tercil superior, com melhor IEO, a formação de dirigentes em direito ocorre em 60% dos clubes. Em contrapartida, no tercil inferior, de menor IEO, a formação de dirigentes em direito é de aproximadamente 33,3%. Neste caso, também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância superior a 0,05 (P(T<=t) bi-caudal = 0,039). Assim, confirma-se que nas

observações em que há melhor evidenciação obrigatória há também maior média de dirigentes formados em direito.

Na sequência, seguindo nas análises, testou-se a mesma variável Formação em Direito, considerando a média de IEO por clube durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 14.

Tabela 14 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Formação em Direito (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEO médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de extremos	
	F Direito +	F Direito -	F Direito + E	F Direito – E
Média	0,5962	0,3333	0,5000	0,4063
Variância	0,1931	0,0938	0,1429	0,1596
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
Gl	20		14	
Stat t	1,6533		0,4822	
P(T<=t) uni-caudal	0,0569		0,3186	
t crítico uni-caudal	1,3253		1,3450	
P(T<=t) bi-caudal	0,1139		0,6371	
t crítico bi-caudal	1,7247		1,7613	

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta parte da análise, se observa que, nos 13 clubes cujo IEO médio dos quatro anos analisados foi superior a 65,7%, a formação de presidentes na área do direito tem uma média de 59,6%. Já nos clubes em que o IEO foi inferior à média geral, a proporção de dirigentes formados em direito é de 33,3%. Contudo, esta diferença tem significância superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,1139), e não permite afirmar que nos clubes com melhor IEO a média de dirigentes formados na área do direito seja estatisticamente superior do que no grupo com menor IEO.

Também com base na Tabela 14, após dividir a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações, na qual há melhor IEO, e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidenciação obrigatória é bem pior. Neste segundo exame, se observou que no tercil superior, com melhor IEO, a formação de dirigentes em direito ocorre em 50% dos clubes. Já no tercil inferior, que contém os clubes com menor IEO médio no período, a formação de dirigentes em direito é de aproximadamente 40,6%. Não se confirma a significância estatística das

diferenças de médias, num nível de significância adequado, visto que o $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,6371. Não se pode afirmar que, no tercil de clubes cuja média de IEO é maior, a média de dirigentes formados em direito seja maior que no tercil de menor evidência obrigatória.

Na sequência desta hipótese, buscou-se relacionar a evidência voluntária com as características dos gestores. Neste caso, apenas observou-se correlação significativa entre a Média por Clubes do IEO e a formação de gestores em direito. Face a isto, realizou-se o teste de hipótese apresentado na Tabela 15.

Tabela 15 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Formação em Direito (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		
	IEV médias por clube	F Direito +	F Direito -
Média		0,5625	0,446428571
Variância		0,2277	0,136332418
Observações		8	14
Hipótese da diferença de média		0	
Gl		12	
Stat t		0,5939	
$P(T \leq t)$ uni-caudal		0,2818	
t crítico uni-caudal		1,3562	
$P(T \leq t)$ bi-caudal		0,5636	
t crítico bi-caudal		1,7823	

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 15, se pode observar que nos oito clubes cujo IEV médio nos quatro anos observados foi superior a 7,10% (Tabela 11) há predominância de dirigentes formados em direito (56,25% em média). Já nos clubes em que o IEV médio é inferior à média geral, a proporção de dirigentes formados em direito é de 44,62%. No entanto, esta diferença tem significância estatisticamente superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,5636), e não pode se afirmar que, nos clubes com melhor IET, a média de dirigentes formados na área do direito seja estatisticamente superior à do grupo com menor IEV.

Para concluir as análises da Hipótese 1, testou-se a relação entre os Índices de Evidência Total – IET e as características dos dirigentes dos clubes. Seguindo

o mesmo critério de correlação, apenas testou-se a relação entre IET e a formação de gestores em direito.

Na Tabela 16 apresenta-se o resultado do teste de hipótese entre estas duas variáveis, considerando todas as observações em todo o período. Tendo em vista os dados apresentados na Tabela 16, se observa os resultados do teste de hipótese, comparando os índices de evidenciação total nas 88 observações com a variável Formação em Direito dos presidentes (dirigentes) dos clubes.

Tabela 16 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Formação em Direito (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de extremos		
	IET Todas as observações	F Direito +	F Direito -	F Direito + E	F Direito – E
Média		0,6304	0,3333	0,6667	0,3333
Variância		0,2382	0,2276	0,2299	0,2299
Observações		46	42	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		86		58	
Stat t		2,8860		2,6926	
P(T<=t) uni-caudal		0,0025		0,0046	
t crítico uni-caudal		1,6628		1,6716	
P(T<=t) bi-caudal		0,0049		0,0093	
t crítico bi-caudal		1,9879		2,0017	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Separando estas observações pelo IET médio, se percebe que, no grupo de 46 observações com evidenciação acima da média, aproximadamente 63,04% dos dirigentes são formados em direito. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, a formação de dirigentes em direito é bem menor, ou seja, aproximadamente 33,33%. Como esta diferença é estatisticamente significativa, com significância menor que 0,01, pode-se afirmar que, nos clubes com melhor IET, a média de dirigentes formados na área do direito é estatisticamente superior à do grupo com menor IET.

Ainda conforme a Tabela 16, ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações na qual há melhor IET e um extremo inferior onde a evidenciação obrigatória é bem pior. Neste segundo exame, também se observou que no tercil superior, com melhor IET, a formação de dirigentes em direito ocorre na média em 66,67% dos clubes. Já no tercil inferior, de menor IET, a

formação de dirigentes em direito é de aproximadamente 33,3%. Neste caso, também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0093). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação total há também maior média de dirigentes formados em direito.

Em continuidade, testou-se a mesma variável Formação em Direito, considerando a média de IET por clube durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Formação em Direito (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IET médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	F Direito +	F Direito -	F Direito + E	F Direito - E
Média	0,5962	0,3333	0,5313	0,2813
Variância	0,1931	0,0938	0,2221	0,0792
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
Gl	20		11	
Stat t	1,6533		1,2881	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0569		0,1121	
t crítico uni-caudal	1,3253		1,3634	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,1139		0,2241	
t crítico bi-caudal	1,7247		1,7959	

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta etapa da análise se destaca que, nos 13 clubes em que o IET médio nos quatro anos observados foi superior a 42,30%, a formação de dirigentes na área do direito é de aproximadamente 59,6%. Já nos clubes em que o IET foi inferior à média geral, a proporção de gestores graduados em direito é de 33,3%. No entanto, essa diferença tem significância estatística superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,1139), e não pode se afirmar que nos clubes com melhor IET médio a formação de dirigentes em direito seja estatisticamente superior à do grupo com menor IET.

Do mesmo modo, analisando a Tabela 17, após dividir a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações na qual há melhor IET e um extremo inferior também de oito clubes onde a evidenciação total é bem inferior. Nesta segunda análise se observou que, no tercil superior, com melhor IET médio por

clube, a formação de dirigentes em direito ocorre em 53,13% dos clubes. Já no tercil inferior, que contém os clubes com menor IET médio por clube no período, a formação de dirigentes em direito é de aproximadamente 28,13%. Não se valida a significância estatística das diferenças de médias num nível de significância apropriado, uma vez que o $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,2241. Não se pode assegurar que o tercil de clubes cuja média de IET por clube dos dirigentes formados em direito seja superior ao tercil de menor evidênciação total.

Com base nos dados deste teste de hipóteses, se confirmou apenas parcialmente a hipótese 1, visto que apenas no grupo de clubes com melhor evidênciação obrigatória e total havia supremacia de dirigentes formados em direito, o que se confirmou com significância estatística. Com relação às demais características dos gestores, ou seja, idade e nível de instrução, não se observou qualquer relação significativa entre estas variáveis e os índices de evidênciação.

4.3.2 Hipótese 2

Nesta segunda hipótese, buscou-se avaliar a existência de relação entre os Níveis (Índices) de Evidênciação e o desempenho esportivo dos clubes de futebol, sendo que os resultados poderiam comprovar que:

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidênciação e o desempenho esportivo dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidênciação e o desempenho esportivo dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram a colocação dos clubes segundo o Ranking da CBF e a pontuação dos clubes de acordo com os critérios da CBF. Inicialmente, testou-se a variável Colocação CBF, considerando o IEO médio para todas as observações durante os quatro exercícios analisados, estando os resultados apresentados na Tabela 18.

Observando os dados da Tabela 18, se percebe que, no grupo de 51 clubes com evidênciação obrigatória acima da média, a colocação média segundo o Ranking

da CBF foi de aproximadamente 8,31. Já no grupo de 37 observações cujo IEO médio é inferior, a variável Colocação no Ranking da CBF equivale à posição média de 18,5.

Com base nos resultados da tabela referida, pode-se concluir que a colocação CBF dos clubes com maior evidência obrigatória é melhor que a colocação dos clubes com menor evidência. Essa diferença de colocação é estatisticamente significativa, visto que o P-valor encontrado é inferior ao nível de significância de 0,01.

Tabela 18 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Colocação CBF (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	Col. CBF +	Col. CBF +	Col. CBF + E	Col. CBF – E
Média		8,3137	18,5135	8,5333	17,9000
Variância		28,8196	65,4234	18,1195	73,6103
Observações		51	37	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		58		42	
Stat t		-6,6774		-5,3566	
P(T<=t) uni-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal		1,6716		1,6820	
P(T<=t) bi-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal		2,0017		2,0181	

Observações 88
Significância 0,01
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um grupo de observações no tercil superior, com IEO médio maior, assim como 30 observações no tercil inferior, com pior evidência obrigatória. Nesse contexto observamos que, no tercil superior com o melhor IEO médio, a colocação no Ranking CBF apresenta a posição média de 8,53, enquanto que, no tercil inferior, de menor IEO médio, a posição média equivale a 17,9 no Ranking CBF. Também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância superior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,000). Confirma-se que no tercil de observações em que há melhor evidência obrigatória estão agrupados os clubes que estão mais bem colocados no ranking CBF.

Na sequência, seguindo nas análises, testou-se a mesma variável Colocação CBF, considerando a média de IEO por clube, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 19.

Com base na Tabela referida, se observa que nos 13 clubes cujo IEO médio nos quatro anos analisados é superior à média, a posição média no ranking da CBF equivale à posição 7,78. Diferentemente, no grupo de nove clubes com IEO médio inferior, a colocação média no Ranking da CBF equivale ao posto 19,55. Esta diferença tem significância estatística superior 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0011), permitindo afirmar que os clubes com melhor IEO são aqueles que estão mais bem colocados no Ranking da CBF.

Tabela 19 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Colocação CBF (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEO médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Col. CBF +	Col. CBF -	Col. CBF + E	Col. CBF - E
Média	7,7885	19,5556	15,4063	11,5000
Variância	11,6651	52,4809	72,1417	44,9286
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	10		13	
Stat t	-4,5364		1,0211	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0005		0,1629	
t crítico uni-caudal	1,8125		1,7709	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0011		0,3258	
t crítico bi-caudal	2,2281		2,1604	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base ainda na Tabela 19, a amostra composta por 22 clubes foi dividida em tercís, tendo-se um extremo superior de oito observações em que há melhor IEO, e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidenciação obrigatória é bem pior.

Neste segundo exame, se observou que os oito clubes com melhor IEO médio têm colocação média pior (posição 15,4) que os clubes com IEO pior. Contudo, essa diferença não é estatisticamente significativa, dado o P-valor de 0,3258, não se confirmando hipótese de diferença de médias.

Prosseguindo nas análises, testou-se a variável Pontos CBF – LN, considerando o IEO médio de todas as observações durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 20.

Inicialmente, separando as 88 observações pelo IEO médio, se observa que a colocação média do grupo dos 51 clubes com evidenciação acima da média equivale a uma média de 9,06 (LN da pontuação). Já no grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, a pontuação média é de aproximadamente 8,48 (LN da pontuação). Essa diferença entre a pontuação média tem significância maior que 0,01 ($P(T \leq t$ bi-caudal) 0,0035), e se pode afirmar que, no conjunto de observações em que há melhor evidenciação obrigatória, encontram-se os clubes com pontuação CBF de maior pontuação média, ou seja, melhor desempenho esportivo.

Tabela 20 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Pontos CBF – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses IET Todas as observações	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Pts. CBF (LN) +	Pts. CBF (LN) -	Pts. CBF (LN) + E	Pts. CBF (LN) – E
Média	9,0623	8,4852	9,1582	8,4482
Variância	0,6173	0,8993	0,5164	1,0568
Observações	51	37	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	69		52	
Stat t	3,0245		3,1005	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0017		0,0016	
t crítico uni-caudal	1,6672		1,6747	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0035		0,0031	
t crítico bi-caudal	1,9949		2,0066	

Observações 88
Significância 0,01
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IEO e um extremo inferior onde a evidenciação obrigatória é pior. Constatou-se que, no tercil superior, com melhor IEO, a pontuação CBF foi de 9,15 (LN pontos). No tercil inferior, de menor IEO, a pontuação CBF é de aproximadamente 8,44 (LN pontos). Nesse caso, também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância de 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0031). Confirma-se que nas observações em que há melhor evidenciação obrigatória há também maior média na pontuação CBF, ou seja, melhor desempenho esportivo.

Dando sequência nas análises, testou-se a mesma variável Pontos CBF, considerando a média de IEO por clube. Os resultados apresentados na Tabela 21

permitem inferir que, nos 13 clubes cujo IEO médio nos quatro anos analisados é maior que a média da amostra, a pontuação média medida pelo LN dos pontos obtidos é de 9,02. Já no grupo de nove clubes com pior IEO médio, a pontuação média é de 8,52 (LN dos pontos), sendo que a diferença tem significância estatística menor que 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0013), permitindo afirmar que nos clubes com melhor IEO a pontuação média de acordo com os critérios CBF é maior.

Tabela 21 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Pontos CBF – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Pts. CBF (LN) +	Pts. CBF (LN) -	Pts. CBF (LN) + E	Pts. CBF (LN) - E
IEO médias por clube				
Média	9,0212	8,5285	8,7187	8,8650
Variância	0,0101	0,0971	0,1273	0,0756
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	9		13	
Stat t	4,5831		-0,9184	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0007		0,1876	
t crítico uni-caudal	1,8331		1,7709	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0013		0,3751	
t crítico bi-caudal	2,2622		2,1604	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando as mesmas variáveis da Tabela 21, pelos extremos, se observa que os oito clubes com melhor IEO têm pontuação média equivalente a 8,71, enquanto que os outros oito clubes do tercil inferior, com menor IEO, têm pontuação média CBF de 8,86 (LN pontos). Essa inversão é análoga ao que foi observado anteriormente na Tabela 19, mas a diferença de médias não é estatisticamente significativa, dado o $P(T \leq t)$ bi-caudal ser igual a 0,3751.

Concluídos os testes entre evidenciação obrigatória e desempenho esportivo, deu-se continuidade às análises, testando o Índice de Evidenciação Voluntária (IEV) em relação a variável Colocação CBF.

Os resultados apresentados na Tabela 22 permitem inferir que no grupo de 21 observações, que contempla os clubes que realizaram evidenciação obrigatória, a colocação média no Ranking da CBF equivale à posição 9,2. Já nas demais 67 observações, nas quais os clubes não realizaram evidenciação voluntária, a

colocação no Ranking da CBF remete à posição média 13,7. Essas colocações médias são estatisticamente significativas, dado o $P(T \leq t)$ bi-caudal ser igual a 0,0042, o que permite inferir que os clubes que realizaram evidenciação voluntária são os que tem melhor colocação média no Ranking CBF.

Tabela 22 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X
Colocação CBF (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média	
	IEV Todas as observações	Col. CBF Não
Média	9,1905	13,6716
Variância	22,9619	79,4966
Observações	21	67
Hipótese da diferença de média	0	
GI	64	
Stat t	-2,9678	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0021	
t crítico uni-caudal	1,6690	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0042	
t crítico bi-caudal	1,9977	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe referir que foi testada somente esta hipótese relativa à evidenciação voluntária, pois foi somente esta a relação que revelou correlação significativa nas análises apresentadas na seção 4.1.

Dando prosseguimento nas análises relativas a Hipótese 2, comparou-se os Índices de Evidenciação Total (IET) com as variáveis de desempenho esportivo. Na Tabela 23, compara-se o IET com a variável Colocação CBF nas 88 observações.

Tabela 23 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Colocação CBF
(todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	IET Todas as observações	Col. CBF +	Col. CBF -	Col. CBF + E
Média	8,4565	17,1429	8,7667	17,9000
Variância	26,8758	77,1010	21,2195	73,6103
Observações	46	42	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	65		44	
Stat t	-5,5838		-5,1371	

P(T<=t) uni-caudal	0,0000	0,0000
t crítico uni-caudal	1,6686	1,6802
P(T<=t) bi-caudal	0,0000	0,0000
t crítico bi-caudal	1,9971	2,0154

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo em vista os dados apresentados da Tabela 23, se constata que no grupo de 46 clubes com IET acima da média a colocação do ranking equivale à posição média 8,45. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, a colocação CBF dos clubes é pior, ou seja, na posição média de 17,1. A diferença entre estas colocações médias tem significância superior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000), pode se afirmar que a colocação média no Ranking CBF é maior no conjunto de observações em que se encontram os clubes com maior IET.

Também considerando os dados da Tabela 23, após organizar a amostra de 88 observações em tercis, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IET, e um extremo inferior onde há evidenciação total inferior. Observou-se que, no tercil superior, com melhor IET, a colocação média CBF equivale à posição 8,8. Já no tercil inferior, de menor IET, a colocação no Ranking CBF remete à posição 17,90. Se valida a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000). Consequentemente, se pode afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação total há também maior média de clubes com melhor colocação no Ranking CBF, o que pode ser entendido como melhor desempenho desportivo.

Prosseguindo nas análises, analisou-se a mesma variável Colocação CBF, analisando a média de IET por clube durante os quatro exercícios observados. Os resultados estão apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Colocação CBF (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	Col. CBF +	Col. CBF -	Col. CBF + E	Col. CBF - E
Média		7,7885	19,5556	9,1875	18,6250
Variância		11,6651	52,4809	11,3348	51,0714
Observações		13	9	8	8
GI		10		10	

Stat t	-4,5364	-3,3790
P(T<=t) uni-caudal	0,0005	0,0035
t crítico uni-caudal	1,8125	1,8125
P(T<=t) bi-caudal	0,0011	0,0070
t crítico bi-caudal	2,2281	2,2281

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 24 se observa que nos 13 clubes com IET maior (acima da média geral), a colocação média pelo Ranking CBF remete à posição 7,8. Já no grupo de IET inferior à média geral, a colocação CBF remete a uma posição média de 19,5. A diferença nas colocações médias no ranking tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0011), e permite afirmar que nos clubes com melhor IET médio, a colocação no ranking CBF seja estatisticamente superior do que no grupo com menor IET médio.

Do mesmo modo, com base na Tabela 24, ao dividir a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações em que há melhor IET, e um extremo inferior também de oito clubes onde a evidenciação total é bem inferior. Nesse sentido, se observou que, no tercil superior, com melhor IET, a colocação CBF remete a uma posição média de 9,2, enquanto que, no tercil inferior, que contém os clubes com IET inferior à média, a colocação CBF remete à posição média de 18,6. Também nesse teste se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,01, visto que o $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,0070. Pode se afirmar que, no tercil de clubes cuja média do IET é maior, encontram-se os clubes com o melhor posicionamento médio de acordo com a CBF.

Dando sequência nas análises, testou-se o IET com a outra variável de desempenho esportivo, ou seja, a variável Pontos CBF, quantificada pelo LN de seus valores absolutos, estando os resultados apresentados na Tabela 25.

Tabela 25 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Pontos CBF – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Pts. CBF (LN) +	Pts. CBF (LN) -	Pts. CBF (LN) + E	Pts. CBF (LN) - E
IET Todas as observações				
Média	9,1393	8,4695	9,0796	8,4482
Variância	0,5542	0,8681	0,6290	1,0568
Observações	46	42	30	30

Hipótese da diferença de média	0	0
GI	78	54
Stat t	3,7031	2,6640
P(T<=t) uni-caudal	0,0002	0,0051
t crítico uni-caudal	1,6646	1,6736
P(T<=t) bi-caudal	0,0004	0,0102
t crítico bi-caudal	1,9908	2,0049

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando as informações apresentadas da Tabela 25, se constata que no grupo de 46 observações com evidenciação obrigatória acima da média, a variável Pontos CBF foi de aproximadamente 9,13 (LN pontos). Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, a média de Pontos CBF dos clubes é menor, ou seja 8,46. Essa diferença é estatisticamente relevante, com significância inferior a 0,01, e se pode afirmar que no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total estão os clubes com melhor pontuação.

Com base ainda na Tabela 25, após separar a amostra de 88 observações em tercís, foi possível observar se que, no tercil superior com melhor IET, a variável Pontos CBF equivale a uma média de 9,07. Já no tercil inferior, com as 30 observações de menor IET, a pontuação média CBF foi de 8,44 (LN pontos). Nesta análise, também se valida a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância superior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0102). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação total encontram-se os clubes com melhor pontuação, segundo os critérios oficiais.

Prosseguindo, comparou-se a variável Pontos CBF com a média de IET por clube durante os quatro exercícios observados, conforme dados da Tabela 26.

Tabela 26 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Pontos CBF – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Pts CBF (LN) +	Pts CBF (LN) -	Pts CBF (LN) + E	Pts CBF (LN) - E
IET médias por clube				
Média	9,0212	8,5285	8,9805	8,5622
Variância	0,0101	0,0971	0,0113	0,0992
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	9		9	

Stat t	4,5831	3,5586
P(T<=t) uni-caudal	0,0007	0,0031
t crítico uni-caudal	1,8331	1,3830
P(T<=t) bi-caudal	0,0013	0,0061
t crítico bi-caudal	2,2622	1,8331

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na Tabela 26, se verifica que os 13 clubes cujo IET médio nos quatro anos encontra-se acima da média amostral são também aqueles cuja pontuação média é equivalente a 9,02 (LN Pontos). Já nos clubes em que o IET mostrou-se inferior à média, a referida pontuação equivale a 8,53. A diferença entre essas médias de pontuação tem significância estatística inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0013), e permite inferir que nos clubes com melhor IET a média da variável Pontos CBF seja estatisticamente superior à do grupo com menor IET.

Ainda com base na Tabela 26, após dividir a amostra de 22 clubes em tercís, observou-se resultado análogo, pois no tercil superior, com maior IET médio por clube, a variável Pontos CBF foi de 8,98, enquanto que no tercil inferior, que contém os clubes com menor IET médio, os pontos médios CBF equivalem a 8,56 (LN pontuação). A diferença entre a pontuação média nestes dois tercís é significativa ($P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,0061), o que permite afirmar que no tercil de clubes cuja média de IET por clube é maior tem-se também uma maior pontuação média.

Após a realização de todos os testes de hipótese, por diferença de média, pode-se concluir que, com relação à Hipótese 2, rejeita-se H_0 e aceita-se H_1 , ou seja, existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho esportivo dos clubes. Esta relação é positiva, e os melhores Índices de Evidenciação Obrigatória, Voluntária e Total foram observados nos grupos de clubes com melhor desempenho desportivo.

Esses resultados, além de serem coerentes com estudos anteriores (HOLANDA et al., 2012), também são coerentes com os pressupostos teóricos da transparência e da busca de maior legitimidade por parte destes clubes.

Seguindo na análise de dados, apresenta-se as considerações sobre a terceira hipótese da pesquisa, na seção que segue.

4.3.3 Hipótese 3

Na terceira hipótese, buscou-se avaliar a existência de relação entre os Níveis (Índices) de Evidenciação e a situação financeira dos clubes de futebol, sendo que os resultados poderiam comprovar que:

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram Endividamento, Liquidez Corrente e Liquidez Geral, sendo que, após realizar testes de correlação entre IEO, IEV, IET e as referidas variáveis, não foi possível estabelecer relações significativas entre estas. Os testes de correlação realizados na seção 4.2 não apontaram para qualquer relação significativa entre os Índices de Evidenciação e as variáveis de situação financeira, o que remete à confirmação de H0, ou seja, não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes de futebol na amostra pesquisada.

Após esta constatação, continua-se na análise dos dados, com o exame da Hipótese 4, conforme segue.

4.3.4 Hipótese 4

Para a quarta hipótese, buscou-se avaliar a existência de relação entre os Níveis (Índices) de Evidenciação e a situação econômica dos clubes de futebol, sendo que os resultados poderiam comprovar que:

H0: Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes;

H1: Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes.

As variáveis testadas nesta hipótese foram Margem Bruta e Margem EBITDA. As variáveis de desempenho econômico também foram utilizadas nos estudos de Pereira et al. (2014), e em função da especificidade e dos constantes prejuízos destas entidades, as medidas de Lucro Bruto e EBITDA tenderiam a ser as mais adequadas para testar desempenho econômico. Contudo, seguindo os resultados de correlação da seção 4.2, apenas mostrou-se significativa a relação entre IEO e IET com a variável Margem EBITDA.

Dando sequência nas análises, e seguindo a ordem das seções anteriores, testou-se primeiramente a relação entre o IEO e a variável Margem EBITDA, considerando todas as observações durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 27.

Tabela 27 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Margem EBITDA (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	Mg Ebitda +	Mg Ebitda -	Mg Ebitda + E	Mg Ebitda - E
Média		0,0755	-0,0473	0,1136	-0,0281
Variância		0,1257	0,1364	0,1833	0,1316
Observações		51	37	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		76		56	
Stat t		1,5654		1,3839	
P(T<=t) uni-caudal		0,0608		0,0859	
t crítico uni-caudal		1,6652		1,6725	
P(T<=t) bi-caudal		0,1216		0,1719	
t crítico bi-caudal		1,9917		2,0032	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados da Tabela 27, se observa que em 51 observações a Margem EBITDA média é de aproximadamente 7,55%, sendo que neste grupo estão os clubes com IEO acima da média amostral. Já no grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, a Margem EBITDA dos clubes é bem menor, ou seja, aproximadamente -4,73% (negativa). Mesmo que estas médias de EBITDA possam parecer muito diferentes, isto não se confirma, pois com significância maior que 0,10 (P(T<=t) bi-caudal de 0,1216) não pode se afirmar que no conjunto de observações

em que há melhor evidência obrigatória os clubes tenham melhor Margem EBITDA média.

Também com base na Tabela 27, após dividir a amostra de 88 observações em tercils, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IEO, e um extremo inferior onde a evidência obrigatória é bem pior. Neste contexto, observou-se que no tercil superior, com melhor IEO, a Margem EBITDA equivale a 11,36%, enquanto que no tercil inferior, de menor IEO médio, a Margem EBITDA é de -2,81% aproximadamente. Mesmo assim, apesar da aparente diferença entre as médias de Margem EBITDA, esta não se mostra significativa, dado o P-valor superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,1719). Portanto, não se pode afirmar que nas observações em que há melhor evidência obrigatória há também os clubes com maior média de Margem EBITDA.

Dando sequência nas análises, testou-se a mesma variável Margem EBITDA, comparando com a média de IEO por clube, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 28.

Da mesma forma como já foi possível observar quando da análise da Tabela 27, aparentemente as médias de Margem EBITDA dos clubes com melhor evidência obrigatória tenderia a ser melhor. Contudo, ao observar agora a Tabela 28, se observa que dividindo a amostra por tercils, fica evidente que no tercil superior, de oito clubes com melhores índices de evidência obrigatória, a Margem EBITDA Média passa a ser negativa e, em contrapartida, a mesma margem passou a ser positiva. Com isto, fica evidente que nos clubes melhor desempenho econômico, medido pela Margem Ebitda, não se mostra uma variável diferenciadora nos diferentes níveis de evidência obrigatória, medidos pelo IET.

Tabela 28 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Margem EBITDA (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IEO médias por clube	Mg Ebitda +	Mg Ebitda -	Mg Ebitda + E	Mg Ebitda - E
Média		0,0721	-0,0459	-0,0329	0,0112
Variância		0,0632	0,0507	0,1130	0,0339
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		19		11	
Stat t		1,1520		-0,3252	
P($T \leq t$) uni-caudal		0,1318		0,3756	
t crítico uni-caudal		1,3277		1,3634	

P(T<=t) bi-caudal	0,2636	0,7512
t crítico bi-caudal	1,7291	1,7959

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe afirmar que nas análises de correlação realizadas na seção 4.2 não se observou qualquer relação significativa entre o Índice de Evidenciação Voluntária – IEV e a Margem EBITDA, sendo que face a isto esta hipótese não foi testada nesta seção.

Dando sequência nas análises, comparou-se o Índice de Evidenciação Total – IET com a variável Margem EBITDA, dado que estas variáveis haviam apresentado correlação significativa na seção 4.1. Os resultados estão apresentados na Tabela 29.

A partir da Tabela 29, se observa os resultados do teste de hipóteses confrontando os índices de evidenciação total nas 88 observações com a variável Margem EBITDA. Se observou que, no grupo de 46 clubes com evidenciação total acima da média, a média da variável Margem EBITDA foi de aproximadamente 7,18%. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, a Margem EBITDA dos clubes é bem menor, ou seja, aproximadamente -2,87%. Como esta diferença não se mostra estatisticamente significativa, tendo significância superior a 0,10, (P(T<=t) bi-caudal = 0,1972), não se pode afirmar que no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total os clubes tenham maior Margem EBITDA, ou seja, melhor desempenho econômico.

Tabela 29 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Margem EBITDA (Todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	Mg Ebitda +	Mg Ebitda -	Mg Ebitda + E	Mg Ebitda - E
Média		0,0718	-0,0287	0,0889	-0,0281
Variância		0,1337	0,1288	0,1829	0,1316
Observações		46	42	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
Gl		86		56	
Stat t		1,2998		1,1433	
P(T<=t) uni-caudal		0,0986		0,1289	
t crítico uni-caudal		1,2915		1,2969	
P(T<=t) bi-caudal		0,1972		0,2578	
t crítico bi-caudal		1,6628		1,6725	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Também com base na Tabela 29, após agrupar a amostra de 88 observações em tercis, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IET, e um extremo inferior onde a evidenciação total é bem pior. Nesta análise, se observou-se que no tercil superior, com melhor IET, a Margem EBITDA foi de 8,89%, enquanto que no tercil inferior, de menor IET, a Margem EBITDA foi de -2,81%.

Mesmo com a aparente distância entre as Médias de EBITDA, não é possível afirmar que no tercil com melhor Evidenciação Total estejam clubes com melhor desempenho econômico médio. Isto decorre do fato de o nível de significância ser superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,2578) na diferença das médias de Margem EBITDA.

Concluindo as análises nesta quarta hipótese, comparou-se a mesma variável Margem EBITDA com a média de IET por clube durante os quatro exercícios observados. Os resultados estão apresentados na Tabela 30.

Com base na Tabela referida, se observa que nos 13 clubes em que o IET médio nos 4 anos analisados foi superior à média da amostra, a Margem EBITDA média é de 7,21%. Já a Margem EBITDA dos nove clubes com IET abaixo da média é equivalente a -4,59% (negativa). Como esta diferença tem significância superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,2636), não se pode afirmar que nos clubes com melhor IET a Margem EBITDA se mostre superior do que no grupo de clubes com pior evidenciação total.

Tabela 30 – Teste de Hipóteses IET médias por clube X Margem EBITDA (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	Mg Ebitda +	Mg Ebitda -	Mg Ebitda + E	Mg Ebitda - E
Média		0,0721	-0,0459	0,0785	-0,0398
Variância		0,0632	0,0507	0,0882	0,0576
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		19		13	
Stat t		1,1520		0,8763	
P($T \leq t$) uni-caudal		0,1318		0,1984	
t crítico uni-caudal		1,3277		1,3502	
P($T \leq t$) bi-caudal		0,2636		0,3968	
t crítico bi-caudal		1,7291		1,7709	

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando a mesma amostra pelos tercís, tem-se um extremo superior de oito observações em que há melhor IET, e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidenciação total é bem pior. Neste segundo exame, se observou que no tercíl superior a margem EBITDA foi de 7,85%. Já no tercíl inferior, que contém os clubes com menor IET médio por clube, ela é de -3,98 (negativa). Mesmo assim, não se confirma a significância estatística das diferenças de médias, dado que o mesmo tem significância superior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,3968).

Não se pode assegurar que, no tercíl superior, composto de clubes cuja média de IET é maior, a média da Margem EBITDA seja superior do que no tercíl inferior, com pior evidenciação total.

Conclui-se, assim, o exame desta quarta hipótese por meio dos testes de diferenças de média, que remetem a uma aceitação de H_0 , ou seja: não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes.

Embora os coeficientes de correlação calculados na seção 4.2 tenham apontado para uma possível relação positiva, por causa dos índices de evidenciação e o desempenho econômico medido pela Margem EBITDA, aquela acabou por não se confirmar nos testes de hipóteses realizados nesta seção.

Poder-se-ia até indicar uma tendência, que um melhor nível de evidenciação se relacionasse com um melhor desempenho econômico, mas isto não se confirmou estatisticamente em intervalos de confiança minimamente aceitáveis.

Concluindo as análises, apresenta-se na sequência a seção 4.3.5, na qual se analisa a quinta hipótese da pesquisa.

4.3.5 Hipótese 5

Nesta quinta hipótese buscou-se avaliar a existência de relação entre os Níveis (Índices) de Evidenciação e as medidas de porte e intangibilidade dos clubes de futebol, sendo que os resultados poderiam comprovar que:

H_0 : Não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o tamanho e intangibilidade dos clubes;

H_1 : Existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o tamanho e intangibilidade dos clubes.

As variáveis inicialmente testadas nesta hipótese foram Ativo Não Circulante, Ativo Total, Receita Total e Intangível. As variáveis de tamanho e intangibilidade também foram utilizadas nos estudos de Galvão e Miranda (2015), Silva, Teixeira e Niyama (2009), Maia, Cardoso e Ponte (2013).

Nos testes de correlação realizados na seção 4.2, mostraram-se significativas as relações entre os Índices de Evidenciação e as variáveis Ativo Não Circulante, Ativo Total, Receita e Intangível. Todos os valores absolutos dessas variáveis foram transformados em Logaritmo Natural (LN).

Inicialmente, testou-se entre IEO e a variável Ativo Não Circulante, no total das 88 observações, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 31.

Tabela 31 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – AÑC LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	AÑC (LN) +	AÑC (LN) -	AÑC (LN) + E	AÑC (LN) - E
Média		12,6531	11,1702	12,6746	11,2046
Variância		0,7293	1,2846	0,5449	1,4509
Observações		51	37	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		64		48	
Stat t		6,6976		5,6993	
P(T<=t) uni-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal		1,6690		1,6772	
P(T<=t) bi-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal		1,9977		2,0106	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 31, se percebe que no grupo de 51 clubes com evidenciação obrigatória acima da média, o valor médio do Ativo Não Circulante é de 12,65 (LN). No grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, o Ativo Não Circulante é de aproximadamente 11,17. Analisando a diferença entre as médias, se comprova que a mesma é estatisticamente significativa, com significância menor que 0,01 P(T<=t) bi-caudal = 0,0000), o que permite afirmar que, no conjunto de

observações em que há melhor evidenciação obrigatória, a média do valor do Ativo Não Circulante também é maior.

Em continuidade da análise da Tabela 31, ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IEO, e um extremo inferior onde a evidenciação obrigatória é bem pior. Após isso, se observou que no tercil superior, com melhor IEO, a variável de Ativo Não Circulante dos clubes foi de 12,67. Em contrapartida, no tercil inferior, de menor IEO, o Ativo Não Circulante é de aproximadamente 11,20. Nesta segunda situação, também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000), confirmando que nas observações em que há melhor evidenciação obrigatória há também maior média no valor do Ativo Não Circulante dos clubes.

Em seguida, testou-se a mesma variável Ativo Não Circulante considerando a média de IEO por clube, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 32.

Tabela 32 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Ativo Não Circulante – AÑC LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEO médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	AÑC (LN) +	AÑC (LN) -	AÑC (LN) + E	AÑC (LN) - E
Média	12,6900	11,0756	12,0500	12,2330
Variância	0,4522	1,1354	1,7452	0,3854
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
Gl	12		10	
Stat t	4,0243		-0,3546	
P($T \leq t$) uni-caudal	0,0008		0,3651	
t crítico uni-caudal	1,7823		1,8125	
P($T \leq t$) bi-caudal	0,0017		0,7302	
t crítico bi-caudal	2,1788		2,2281	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na Tabela 32, se observa que nos 13 clubes em que o IEO médio é superior à média da amostra, a variável Ativo Não Circulante é de 12,69. Já no grupo de nove clubes com menor IEO médio, o valor médio de AÑC é de 11,07 (R\$ em LN). Esta diferença tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0011), permitindo

afirmar que nos clubes com melhor IEO a variável Ativo Não Circulante seja estatisticamente superior do que no grupo com menor IEO.

Dando sequência nas análises da Tabela 32, apresenta-se o tercil superior de oito observações, em que há melhor IEO, e um tercil inferior também de oito clubes, onde a evidenciação obrigatória é bem pior. Neste segundo exame, se observou que no tercil superior, com melhor IEO, o Ativo Não Circulante Médio foi de 12,05 (R\$ em LN). Já no tercil inferior, que contém os clubes com menor IEO médio no período, o Ativo Não Circulante médio é de 12,23. Neste segundo exame, não se confirma a significância estatística das diferenças de médias, pois o nível de significância é bem superior a 0,10, visto que o $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,7302). Não se pode assegurar que no tercil superior de clubes, com melhor Evidenciação Obrigatória, o valor médio do Ativo Não Circulante seja estatisticamente diferente do que no tercil de clubes com menor IEO médio.

Em continuidade, prosseguindo nas análises, testou-se a variável Ativo Total, comparando com o IEO médio (todas as observações) durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 33.

Tabela 33 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Ativo (LN) +	Ativo (LN) -	Ativo (LN) + E	Ativo (LN) – E
IEO Todas as observações				
Média	12,9036	11,4604	12,8976	11,5291
Variância	0,5625	0,7116	0,3998	0,7427
Observações	51	37	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
Gl	72		53	
Stat t	8,2962		7,0124	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6663		1,6741	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal	1,9935		2,0057	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo em vista os dados da Tabela 33, se constata que no grupo de 51 clubes com evidenciação obrigatória acima da média o valor médio do Ativo Total, pedido pelo LN dos valores absolutos, é de 12,90. Já no grupo de 37 observações cujo IEO

é inferior à média, o Ativo Total dos clubes é menor, ou seja, aproximadamente 11,46. Esta diferença mostra-se relevante, e tem significância menor que 0,01, o que permite assegurar que, no conjunto de observações em que há melhor evidência obrigatória, o Ativo Total médio dos clubes é maior.

Também considerando os dados da Tabela 33, após organizar a amostra de 88 observações em tercís, se observou que no tercil superior, com melhor IEO, o Ativo Total médio dos clubes é de 12,89 e, no tercil inferior, de menor IEO, o Ativo Total médio dos clubes é de 11,52, aproximadamente. As diferenças entre estas médias tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000), e por consequência, se pode afirmar que nas observações em que há melhor evidência obrigatória há também maior média de valores de Ativo Total.

Prosseguindo nas análises, analisou-se a mesma variável Ativo Total, comparando a média de IEO por clube durante os quatro exercícios observados. Os resultados estão apresentados na Tabela 34.

Tabela 34 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IEO médias por clube	Ativo (LN) +	Ativo (LN) -	Ativo (LN) + E	Ativo (LN) – E
Média		12,9431	11,3632	12,2466	12,5331
Variância		0,4552	0,6584	1,4939	0,5941
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		15		12	
Stat t		4,8039		-0,5609	
P($T \leq t$) uni-caudal		0,0001		0,2926	
t crítico uni-caudal		1,7531		1,7823	
P($T \leq t$) bi-caudal		0,0002		0,5852	
t crítico bi-caudal		2,1314		2,1788	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborada pelo autor

A partir da Tabela 34, se observa que nos 13 clubes cujo IEO é superior à média, o valor médio do Ativo Total é de 12,94. Já nos clubes em que o IEO foi inferior à média geral, o valor do Ativo Total médio é de 11,36. Esta diferença tem significância estatística inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0002), permitindo afirmar que nos clubes com maior Ativo Total o Índice de Evidência Obrigatória mostra-se maior.

Após agrupar a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações em que há melhor IEO e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidência obrigatória é inferior. Nesta segunda análise, se constatou que no tercil superior, com melhor IEO, o Ativo Total médio é de 12,24. Já no tercil inferior, que contém os clubes com menor IEO médio no período, o Ativo Total médio é de aproximadamente 12,53. Inicialmente já se observa uma contradição nos resultados, e se constata que as diferenças entre as médias de Ativo Total não são significativas, dada a significância superior a 0,10, conforme $P(T \leq t)$ bi-caudal igual a 0,5852.

Dando continuidade às análises das variáveis de porte em comparação à evidência obrigatória, testou-se a variável Receita, comparando com as médias de IEO de todas as observações durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 35.

Tabela 35 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Receita – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses IET Todas as observações	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Receita (LN) +	Receita (LN) -	Receita (LN) + E	Receita (LN) - E
Média	11,9921	10,9489	12,0507	11,0594
Variância	0,3909	0,3606	0,2548	0,2983
Observações	51	37	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	79		58	
Stat t	7,9057		7,3011	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6644		1,6716	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal	1,9905		2,0017	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando as informações apresentadas da Tabela 35, se constata que no grupo de 51 clubes com evidência obrigatória acima da média, tem-se uma Receita anual média de R\$ LN 11,99. Já no grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, a média da Receita dos clubes é menor, ou seja, aproximadamente R\$ LN 10,94.

A diferença entre estas duas médias de receita tem significância inferior a 0,01, podendo-se afirmar que no conjunto de observações em que há melhor evidenciação obrigatória a Receita anual média também é maior.

Analisando ainda a Tabela 35, percebe-se que no tercil superior, com melhor IEO médio, a variável Receita anual média é de R\$ LN 12,05. Já no tercil inferior, de menor IEO, a receita é de 11,05. Também se confirma a significativa diferença entre média de Receita anual, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação obrigatória há também maior média de Receita anual por clube.

Prosseguindo nas análises, confrontou-se a mesma variável Receita com o IEO médio por clube. Os resultados estão apresentados na Tabela 36.

Tabela 36 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Receita – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEO médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Receita (LN) +	Receita (LN) -	Receita (LN) + E	Receita (LN) – E
Média	12,0545	10,8297	11,3460	11,7039
Variância	0,1967	0,2972	0,7125	0,5969
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	15		14	
Stat t	5,5817		-0,8846	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0000		0,1957	
t crítico uni-caudal	1,7531		1,7613	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0001		0,3913	
t crítico bi-caudal	2,1314		2,1448	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 36, se observa que os 13 clubes com IEO cima da média da amostra possuem Receita média de R\$ LN 12,05. Já os clubes em que o IEO foi inferior à média a mesma Receita foi de R\$ LN 10,82. A diferença entre estas médias de receita é estatisticamente significativa, dado o P-valor inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0001), o que permite inferir que nos clubes com melhor IEO, a média da variável Receita seja estatisticamente superior do que no grupo com menor IEO.

Ainda com base na Tabela 36, se observa que no tercil superior, com oito observações de melhor IEO médio por clube, a variável Receita média é de 11,34. Já

no tercil inferior, que contém os clubes com pior IEO médio, a variável Receita média é de R\$ LN 11,70. Não se valida a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância apropriado, uma vez que o $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,3913. Não se pode afirmar que a Receita média dos clubes que se encontram no tercil superior de observações seja estatisticamente superior à Receita média do tercil inferior.

Cabe afirmar que se confirma parcialmente a tendência de que nos clubes com maior Ativo (Não Circulante e Total) e com maior receita os índices de evidenciação obrigatória sejam maiores. Em geral, a restrição ocorre na comparação dos extremos, quando as diferenças entre porte não se mostraram estatisticamente significativas. Contudo, não se pode refutar a hipótese de que nos clubes de maior porte (maior Ativo e maior Receita) o IEO médio seja superior.

Dando sequência nas análises, comparou-se as médias de IEO com variáveis de Intangibilidade, especificamente o LN do Intangível. Os resultados estão apresentados na Tabela 37.

Tabela 37 – Teste de Hipóteses IEO por clube ao longo do período X Intangível – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Intang. (LN) +	Intang. (LN) -	Intang. (LN) + E	Intang. (LN) – E
IEO Todas as observações				
Média	10,7939	9,3914	10,7252	9,4186
Variância	0,9934	1,8666	0,8986	1,8134
Observações	51	37	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	62		52	
Stat t	5,3040		4,3458	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6698		1,6747	
$P(T \leq t)$ bi-caudal	0,0000		0,0001	
t crítico bi-caudal	1,9990		2,0066	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborada pelo autor

Tendo em vista as informações apresentadas da Tabela 37, se constata que no grupo de 51 clubes com evidenciação acima da média, o valor da variável

Intangível médio é de LN R\$ 10,79. Já no grupo de 37 observações cujo IEO é inferior à média, o Intangível médio dos clubes é menor, no valor de 9,39.

Com diferença estatisticamente relevante, com significância inferior a 0,01, pode se assegurar que, no conjunto de observações em que há melhor evidência obrigatória, o valor médio do ativo Intangível também é maior.

Ainda com base na Tabela 37, após organizar a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações, em que há melhor IEO, e um extremo inferior onde a evidência obrigatória é pior. Se pode observar que no tercil superior o Intangível médio foi de 10,72, enquanto que no tercil inferior a mesma variável é equivalente 9,41. Se valida a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância apropriado, uma vez que o $(P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0001). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidência obrigatória há também maior valor médio do Intangível.

Prosseguindo nas análises, examinou-se a mesma variável Intangível, avaliando a média de IEO por clube, durante os quatro exercícios observados. Os resultados estão apresentados na Tabela 38.

Tabela 38 – Teste de Hipóteses IEO de médias por clube X Intangível – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEO médias por clube	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Intang. (LN) +	Intang. (LN) -	Intang. (LN) + E	Intang. (LN) – E
Média	10,9259	9,1618	9,6110	10,8363
Variância	0,5131	1,6198	1,7887	1,1846
Observações	13	9	8	8
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	12		13	
Stat t	3,7660		-2,0099	
P(T<=t) uni-caudal	0,0013		0,0328	
t crítico uni-caudal	1,7823		1,7709	
P(T<=t) bi-caudal	0,0027		0,0657	
t crítico bi-caudal	2,1788		2,1604	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 38 se observa que nos 13 clubes com maior IEO, o valor médio do Intangível (LN) é de 10,93, enquanto que nos demais nove clubes (com IEO inferior à média geral), o intangível médio é de 9,16. Pelos testes, se percebe que a

diferença entre as médias de valor do Intangível tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0027), o que permite afirmar que os clubes com maior IEO têm em média um maior valor de Intangível.

Ainda a partir da Tabela 38, se observa que no tercil superior de oito observações, no qual há melhor IEO médio, a variável Intangível (LN) assume valor médio de 9,61. Já no tercil inferior, onde a evidenciação obrigatória é menor, o valor médio do Intangível (LN) é de 10,84. A diferença nas médias de valor de intangível tem significância inferior a 0,10 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0657), e se pode afirmar que num intervalo de confiança um pouco maior há, sim, diferença entre ambos. Contudo, se inverte uma situação que anteriormente ocorria, pois pelos tercis, média por clube, justamente nos clubes com maior IEO a média de intangível passou a ser menor.

Dando continuidade às análises, se realizou a comparação entre a Evidenciação voluntária, medida pelo IEV, com as variáveis de Porte e Intangibilidade. Pelos testes realizados na seção 4.2, se observou correlação significativa entre o IEV e as variáveis Ativo Não Circulante, Ativo Total e Receita. Não se observou correlação significativa entre IEV e o valor do Intangível. Assim, os testes de hipóteses foram realizados apenas com as variáveis em que se observou correlação significativa.

Cabe afirmar ainda que, pelo fato de somente um grupo pequeno de clubes ter evidenciado informações voluntárias, comparou-se sempre este grupo com os demais clubes que não realizaram tal evidenciação.

Seguindo nas análises, comparou-se o Índice de Evidenciação Voluntária – IEV, com a variável Ativo Não circulante, inicialmente nas 88 observações, conforme teste apresentado na Tabela 39.

Tabela 39 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – AÑC LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média	
	AÑC (LN) Sim	AÑC (LN) Não
IEV Todas as observações		
Média	12,5279	11,8734
Variância	0,8227	1,6146
Observações	21	67
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	47	
Stat t	2,6019	
$P(T \leq t)$ uni-caudal	0,0062	
t crítico uni-caudal	1,6779	

P(T<=t) bi-caudal	0,0124
t crítico bi-caudal	2,0117

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborada pelo autor

Com base na Tabela 39 se observa que, nas 21 observações em que houve evidenciação voluntária, o valor médio do Ativo Não Circulante foi de R\$ LN 12,53. Já no grupo de 67 observações cujo IEV é zero (não houve evidenciação voluntária), o valor médio o Ativo Não Circulante é R\$ 11,87. Pode se afirmar que há significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,05 (P(T<=t) bi-caudal = 0,0124), confirmando que nas observações em que há melhor evidenciação voluntária há também maior média de valor de Ativo Não Circulante.

Na sequência, com base na análise da tabela anterior, se observou a mesma variável em Ativo Não Circulante, considerando a média de IEV por clube durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 40.

Tabela 40 – Teste de Hipóteses IEV de médias por clube X Ativo Não Circulante – AÑC – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média	
	AÑC (LN) +	AÑC (LN) -
IEV médias por clube		
Média	12,4714	11,7771
Variância	0,4123	1,7716
Observações	8	14
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	20	
Stat t	1,6454	
P(T<=t) uni-caudal	0,0578	
t crítico uni-caudal	1,3253	
P(T<=t) bi-caudal	0,1155	
t crítico bi-caudal	1,7247	

Observações 22
Significância 0,10
Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelo viés das análises da Tabela 40, se observa que nos oito clubes que tiveram Evidenciação Voluntária, o médio Ativo Não Circulante, foi de 12,47, enquanto que no demais, esse valor foi de 11,78. A diferença entre as médias de Ativo Não Circulante tem significância superior a 0,10 (P(T<=t) bi-caudal = 0,1155), e não pode

se afirmar que nos clubes com melhor IEV a variável Ativo Não Circulante seja estatisticamente superior do que no grupo em que não houve evidência voluntária.

Em continuidade nas análises, se confrontou a variável Ativo Total com o IEV em todas as observações, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 41.

A partir dos dados da Tabela referida, identifica-se 21 observações nas quais houve evidência voluntária, ou seja, com IEV acima de zero, sendo que neste grupo o valor médio do Ativo é de R\$ LN 12,93. Já no grupo de 67 observações cujo IEV é igual a zero, o ativo total dos clubes é menor, ou seja, aproximadamente R\$ LN 12,10. A diferença entre as médias de valor de ativos é estatisticamente significativa, com significância inferior a 0,01, podendo-se afirmar que no conjunto de observações em que há melhor evidência voluntária há também maior valor médio de ativo total.

Tabela 41 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média	
	IEV Todas as observações	Ativo (LN) Não
Média	12,9258	12,0996
Variância	0,4250	1,1968
Observações	21	67
Hipótese da diferença de média	0	
GI	57	
Stat t	4,2327	
P(T<=t) uni-caudal	0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6720	
P(T<=t) bi-caudal	0,0001	
t crítico bi-caudal	2,0025	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo nas análises, examinou-se a relação entre o IEV médio por clube e a variável Ativo Total médio do período, estando os resultados apresentados na Tabela 42.

Tabela 42 – Teste de Hipóteses IEV de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses IEV médias por clube	Acima e abaixo da média	
	LN AT +	LN AT -
Média	12,7819	12,0196
Variância	0,5000	1,3497
Observações	8	14
Hipótese da diferença de média	0	
GI	20	
Stat t	1,9122	
P(T<=t) uni-caudal	0,0351	
t crítico uni-caudal	1,7247	
P(T<=t) bi-caudal	0,0703	
t crítico bi-caudal	2,0860	

Observações 22

Significância 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 42, se observou que o Ativo Total médio dos clubes que realizaram evidenciação voluntária foi de R\$ LN 12,78. Já nos clubes em que o IEV é igual a zero, o valor médio do Ativo é de 12,01. A diferença entre estes valores de ativo tem significância inferior a 0,10 (t crítico bi-caudal = 0,0703), e nesse intervalo de confiança se pode afirmar que os clubes que realizaram a evidenciação voluntária têm Ativos Totais médios de maior valor.

A terceira variável de porte testada com o IEV foi a Receita, estando os resultados apresentados na Tabela 43. Cabe ressaltar que neste teste constam as 88 observações, ou seja, 22 clubes multiplicado pelas variáveis de quatro anos.

A partir da referida tabela, se pode observar que nas 21 observações em que houve evidenciação voluntária, o valor médio das Receitas é de R\$ LN 11,88. Nas demais 67 observações em que o IEV é igual a zero, o valor médio das Receitas é de R\$ LN 11,45. A diferença entre os valores médios de receita observados é estatisticamente significativa, dado o valor do P(T<=t) bi-caudal de 0,0120, confirmando que num intervalo de confiança superior a 95%, a receita média dos clubes que realizaram evidenciação voluntária é maior.

Tabela 43 – Teste de Hipóteses IEV por clube ao longo do período x Receita – LN
(todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média	
	IEV Todas as observações	Receita (LN) Sim Receita (LN) Não
Média		11,8851 11,4495
Variância		0,3658 0,6895
Observações		21 67
Hipótese da diferença de média		0
GI		46
Stat t		2,6170
P(T<=t) uni-caudal		0,0060
t crítico uni-caudal		1,3002
P(T<=t) bi-caudal		0,0120
t crítico bi-caudal		1,6787

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Concluída a análise entre o IEV e as variáveis de porte se pode afirmar que os clubes brasileiros objetos desta pesquisa e que realizaram no período analisado alguma forma de evidenciação voluntária são os de maior porte, tendo maiores valores médios de Ativo Não Circulante, Ativo Total e Receita.

Na parte final das análises, se procedeu na comparação entre os índices de evidenciação total e as variáveis de Porte e Intangibilidade. Assim, comparou-se inicialmente a variável Ativo Não Circulante com as médias do IET em todas as observações, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 44.

Separando as observações pelo IET médio, se observa que os valores médios de Ativo não circulante nas 46 observações com evidenciação acima da média é de R\$ LN 12,69. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, se observou um ativo não circulante médio de 11,30.

Havendo diferença estatisticamente relevante, com significância inferior a 0,01, pode se afirmar que, no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total, o valor médio do Ativo circulante é maior, ou seja, os clubes com maior ativo não circulante tendem a ter melhor IET.

Tabela 44 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Ativo Não Circulante – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	AÑC (LN) +	AÑC (LN) -	AÑC (LN) + E	AÑC (LN) – E
Média		12,6909	11,3053	12,5230	11,2046
Variância		0,7473	1,3191	0,7153	1,4509
Observações		46	42	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		76		52	
Stat t		6,3476		4,9060	
P(T<=t) uni-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal		1,6652		1,6747	
P(T<=t) bi-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal		1,9917		2,0066	

Observações 88

Significância 0,05

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações, em que há melhor IET, e um extremo inferior onde a evidênciação total é pior. No tercil superior, o Ativo Não Circulante Médio é de 12,52, enquanto que no tercil inferior, de menor IET, o Ativo Não Circulante médio é de aproximadamente R\$ LN 11,20. Neste caso, também se confirma a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000). Confirma-se que nas observações em que há melhor evidênciação total o valor médio do Ativo Não Circulante também é maior.

Dando sequência nas análises, testou-se a mesma variável Ativo Não Circulante, considerando a média de IET por clube durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 45.

Nesta etapa da análise, se observou que os 13 clubes cujo IET encontra-se acima da média da amostra têm um valor médio de Ativo Não Circulante de R\$ LN 12,69. Os demais nove clubes, com IET inferior, têm um valor médio de AÑC equivalente a R\$ LN 11,07. Percebe-se que a diferença entre essas grandezas tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0017), e admite-se afirmar que nos clubes com melhor IET a média da variável Ativo Não Circulante seja estatisticamente superior do que no grupo com menor IET.

Tabela 45 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Ativo Não Circulante – LN
(médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	AÑC (LN) +	AÑC (LN) -	AÑC (LN) + E	AÑC (LN) – E
Média		12,6900	11,0756	12,6589	11,0878
Variância		0,4522	1,1354	0,4823	1,2961
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
Gl		12		12	
Stat t		4,0243		3,3323	
P(T<=t) uni-caudal		0,0008		0,0030	
t crítico uni-caudal		1,7823		1,7823	
P(T<=t) bi-caudal		0,0017		0,0060	
t crítico bi-caudal		2,1788		2,1788	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Do mesmo modo, com base na Tabela 45, após dividir a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações, em que há melhor IET, e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidenciação total é maior. Se percebeu que no tercil superior o valor médio da variável Ativo Não Circulante é de aproximadamente 12,65, enquanto que no tercil inferior a mesma é de R\$ LN 11,08. Valida-se a significância estatística das diferenças entre essas duas médias, num nível de significância conveniente, sendo que (P(T<=t) bi-caudal = 0,0060). Pode-se afirmar que, no tercil superior de clubes cuja média de IET é maior, a variável Ativo Não Circulante é maior que no tercil inferior de menor evidenciação total.

Em continuidade nas análises, comparou-se a variável Ativo Total com o IET médio em todas as observações, durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 46.

Tendo em vista os dados da Tabela 46, se constata que no grupo de 46 clubes com IET acima da média, o valor médio do Ativo total medido pelo LN dos valores absolutos é de 12,95. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, o Ativo Total dos clubes é menor, ou seja, aproximadamente R\$ LN 11,58. Esta diferença entre as duas médias mostra-se relevante e tem significância menor que 0,01, o que permite assegurar que, no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total, o Ativo Total médio dos clubes é maior.

Tabela 46 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Ativo Total – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Ativo (LN) +	Ativo (LN) -	Ativo (LN) + E	Ativo (LN) - E
IET Todas as observações				
Média	12,9529	11,5782	12,8403	11,5291
Variância	0,5471	0,7876	0,4413	0,7427
Observações	46	42	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	80		54	
Stat t	7,8529		6,6001	
P(T<=t) uni-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6641		1,6736	
P(T<=t) bi-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal	1,9901		2,0049	

Observações 88

Significância 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor.

Também considerando os dados da Tabela 46, após organizar a amostra de 88 observações em tercís, se observou que, no tercil superior, com melhor IET, o Ativo Total médio dos clubes é de R\$ LN 12,84 e, no tercil inferior, de menor IEO, o Ativo Total médio dos clubes é de 11,53, aproximadamente. As diferenças entre estas médias tem significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000), e por consequência se pode afirmar que nas observações em que há melhor evidênciação total há também maior média de valores de Ativo Total.

Prosseguindo nas análises, comparou-se a mesma variável Ativo Total, analisando a média de IET por clube durante os quatro exercícios observados. Os resultados estão apresentados na Tabela 47.

A partir da Tabela 47, se observa que nos 13 clubes cujo IET é superior à média, o valor médio do Ativo Total é de R\$ LN 12,94. Já nos clubes em que o IET foi inferior à média geral, o valor do Ativo total médio é de 11,36. Esta diferença tem significância estatística inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0002), permitindo afirmar que nos clubes com maior Ativo Total o índice de evidênciação total mostra-se maior.

Tabela 47 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Ativo Total – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	Ativo (LN) +	Ativo (LN) -	Ativo (LN) + E	Ativo (LN) - E
Média		12,9431	11,3632	12,9682	11,4006
Variância		0,4552	0,6584	0,4638	0,7380
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		15		13	
Stat t		4,8039		4,0444	
P(T<=t) uni-caudal		0,0001		0,0007	
t crítico uni-caudal		1,7531		1,7709	
P(T<=t) bi-caudal		0,0002		0,0014	
t crítico bi-caudal		2,1314		2,1604	

Observações 22

Significância 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após agrupar a amostra de 22 clubes em tercís, tem-se um extremo superior de oito observações, em que há melhor IET, e um extremo inferior também de oito clubes, onde a evidenciação obrigatória é inferior. Nesta segunda análise, se constatou que no tercil superior, com melhor IET, o Ativo Total médio é de R\$ LN 12,96. Já no tercil inferior, que contém os clubes com menor IEO médio no período, o Ativo Total médio é de aproximadamente 11,40. A diferença entre os valores médios de ativos nos dois tercís extremos é relevante, dada a significância inferior a 0,01, conforme P(T<=t) bi-caudal igual a 0,0014. Isto permite afirmar que nos clubes em que há melhor evidenciação total há também maior média de valores de Ativo Total, ou seja, a melhor evidenciação total foi observada em clubes de maior Ativo total.

Na sequência, comparou-se a última variável de porte (Receita), em relação ao IET por clube, considerando todas as observações durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 48.

Analisando as informações apresentadas da Tabela 48, se constata que no grupo de 46 clubes com evidenciação total acima da média tem-se uma Receita anual média de R\$ LN 12,03. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, a média da Receita dos clubes é menor, ou seja, aproximadamente R\$ LN 11,03.

A diferença entre estas duas médias de receita tem significância inferior a 0,01, podendo-se afirmar que no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total a receita anual média também é maior.

Tabela 48 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Receita – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos	
	Receita (LN) +	Receita (LN) -	Receita (LN) + E	Receita (LN) – E
IET Todas as observações				
Média	12,0331	11,0281	11,9375	11,0594
Variância	0,3304	0,4589	0,3304	0,2983
Observações	46	42	30	30
Hipótese da diferença de média	0		0	
GI	81		58	
Stat t	7,4685		6,0660	
P(T<=t) uni-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal	1,6639		1,6716	
P(T<=t) bi-caudal	0,0000		0,0000	
t crítico bi-caudal	1,9897		2,0017	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em continuidade da análise da Tabela 48, ao dividir a amostra de 88 observações em tercís, tem-se um extremo superior de 30 observações em que há melhor IET, e um extremo inferior onde a evidenciação total é pior. Percebeu-se que no tercil superior a variável Receita anual média é de R\$ LN 11,94. Já no tercil inferior, de menor IET, a Receita é de 11,06. Também se confirma a significativa diferença entre a média de Receita anual, num nível de significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0000). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação total há também maior média de Receita anual por clube.

Em seguida, com base na análise da Tabela anterior, testou-se a mesma variável em Receita, considerando a média de IET por clube durante os quatro exercícios analisados. Os resultados estão apresentados na Tabela 49.

A partir da Tabela 48, se observa que os 13 clubes com IET acima da média da amostra possuem Receita média de R\$ LN 12,05. Já os clubes em que o IET foi inferior à média a mesma Receita foi de R\$ LN 10,83. A diferença entre estas médias de receita é estatisticamente significativa, dado o P-valor inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0001), o que permite inferir que, nos clubes com melhor IET, a média da variável Receita seja estatisticamente superior do que no grupo com menor Índice de Evidenciação Total.

Tabela 49 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Receita – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	Receita (LN) +	Receita (LN) -	Receita (LN) + E	Receita (LN) - E
Média		12,0545	10,8297	11,9254	10,9150
Variância		0,1967	0,2972	0,2630	0,2648
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		15		14	
Stat t		5,5817		3,9336	
P(T<=t) uni-caudal		0,0000		0,0007	
t crítico uni-caudal		1,7531		1,7613	
P(T<=t) bi-caudal		0,0001		0,0015	
t crítico bi-caudal		2,1314		2,1448	

Observações 22

Significância 0,05

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda com base na Tabela 36, se observa que no tercil superior, com oito observações de melhor IET médio por clube, a variável Receita média é de 11,93. Já no tercil inferior, que contém os clubes com pior IET médio, a variável Receita média é de R\$ LN 10,92.

Não se valida a significância estatística das diferenças de médias, num nível de significância apropriado, uma vez que o P(T<=t) bi-caudal é igual a 0,3913). Assim, se confirma a significância estatística das diferenças de médias num nível de significância adequado, visto que P(T<=t) bi-caudal é igual a 0,0015). Pode se assegurar que, no tercil superior de clubes cuja média de IET é maior, também há maiores valores de receita.

Por fim, cabe afirmar que em relação aos níveis de Evidenciação total se confirmaram todas as hipóteses de diferenças de médias, comprovando que nos clubes de maior porte, ou seja, com maior Ativo (Não Circulante e Total) e com maior receita, os índices de evidenciação total são maiores.

Para concluir as análises realizadas nesta pesquisa, confrontou-se a variável Intangível com a Evidenciação Total. Inicialmente, o IET médio de todas as observações foi comparado a esta variável de intangibilidade, conforme representado na Tabela 50.

Tabela 50 – Teste de Hipóteses IET por clube ao longo do período X Intangível – LN (todas as observações)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET Todas as observações	Intang. (LN) +	Intang. (LN) -	Intang. (LN) + E	Intang. (LN) – E
Média		10,7984	9,5535	10,6873	9,4186
Variância		0,9017	2,0597	0,8772	1,8134
Observações		46	42	30	30
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		70		52	
Stat t		4,7513		4,2364	
P(T<=t) uni-caudal		0,0000		0,0000	
t crítico uni-caudal		1,6669		1,6747	
P(T<=t) bi-caudal		0,0000		0,0001	
t crítico bi-caudal		1,9944		2,0066	

Observações 88
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo em vista as informações apresentadas da Tabela 50, se constata que, no grupo de 46 observações em que se observou evidenciação acima da média, o valor da variável Intangível médio é de LN R\$ 10,79. Já no grupo de 42 observações cujo IET é inferior à média, o intangível médio dos clubes é menor, no valor de R\$ LN 9,55. Com diferenças estatisticamente relevantes, com significância inferior a 0,01, se pode afirmar que, no conjunto de observações em que há melhor evidenciação total, o valor médio do ativo intangível também é maior.

Ainda com base na Tabela 50, após organizar a amostra de 88 observações em tercils, tem-se um extremo superior de 30 observações, em que há melhor IEO, e um extremo inferior onde a evidenciação obrigatória é pior. Se pode observar que no tercil superior o Intangível médio foi de R\$ LN 10,69, enquanto que, no tercil inferior, a mesma variável é equivalente a 9,42. Se valida a significância estatística das diferenças de médias num nível de significância apropriado, uma vez que (P(T<=t) bi-caudal = 0,0001). Pode se afirmar que nas observações em que há melhor evidenciação total há também maior valor médio do intangível.

Prosseguindo nas análises, examinou-se a mesma variável Intangível, avaliando a média de IET por clube durante os quatro exercícios observados, estando os resultados apresentados na Tabela 51.

Tabela 51 – Teste de Hipóteses IET de médias por clube X Intangível – LN (médias por clube no período)

Teste de hipóteses	Acima e abaixo da média		Entre Posições de Extremos		
	IET médias por clube	Intang. (LN) +	Intang. (LN) -	Intang. (LN) + E	Intang. (LN) - E
Média		10,9259	9,1618	10,6613	9,4000
Variância		0,5131	1,6198	0,6645	1,2673
Observações		13	9	8	8
Hipótese da diferença de média		0		0	
GI		12		13	
Stat t		3,7660		2,5668	
P(T<=t) uni-caudal		0,0013		0,0117	
t crítico uni-caudal		1,7823		1,7709	
P(T<=t) bi-caudal		0,0027		0,0234	
t crítico bi-caudal		2,1788		2,1604	

Observações 22
Significância 0,05
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Tabela 51 se observa que nos 13 clubes com maior IET o valor médio do Intangível (LN) é de 10,93, enquanto que nos demais nove clubes (com IET inferior à média geral), o Intangível médio é de 9,16. Pelos testes, se percebe que a diferença entre as médias de valor do intangível têm significância inferior a 0,01 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0027), o que permite afirmar que os clubes com maior IET têm em média um maior valor de intangível.

Ainda a partir da Tabela 51, se observa que, no tercil superior de oito observações, no qual há melhor IET médio, a variável Intangível (LN) assume valor médio de 10,66. Já no tercil inferior, onde a evidenciação obrigatória é menor, o valor médio do Intangível (LN) é 9,40. A diferença nas médias de valor de intangível tem significância inferior a 0,05 ($P(T \leq t)$ bi-caudal = 0,0234), e se pode afirmar que num intervalo de confiança um pouco maior há, sim, diferença entre ambos, e no tercil de clubes que melhor evidenciaram, há um maior valor médio de Ativos Intangíveis.

Concluem-se desta forma as análises relativas à Hipótese final, em que se propôs que haveria diferença de Índices de Evidenciação em decorrência do porte e da intangibilidade dos clubes. Em geral, os testes apontaram que, no que se refere aos Índices de Evidenciação Total (IET), os clubes maiores, ou seja, de maior valor de ativo (não circulante e total), de maior receita e que têm maiores valores investidos em seu intangível, são os que apresentaram os melhores níveis de evidenciação.

Com relação ao porte dos clubes, os resultados reafirmam o que já foi observado no estudo de Silva, Teixeira e Niyama (2009), os quais encontraram relação entre evidenciação e renda auferida. Com relação à intangibilidade, os resultados desta pesquisa também confirmam resultados semelhantes aos da pesquisa de Galvão e Miranda (2016), os quais encontraram relação entre evidenciação e investimentos em atletas, que estão contidos no intangível.

Cabe afirmar que o fato de os clubes de maior porte serem os que melhor evidenciam informação contábil pode também estar associado à questão de necessidade de maior transparência e busca de legitimidade.

A maior transparência está requerida nas normas legais e contábeis vigentes, e os clubes maiores, por terem maior exposição, tendem a buscar com a transparência uma maior legitimidade perante seus associados e torcedores, assim como todos os usuários de suas demonstrações contábeis. Além disso, a transparência é condição fundamental para o acesso e a manutenção dos benefícios propiciados por normas legais como o PROFUT.

Conclui-se assim a análise dos dados da pesquisa, sendo apresentadas a seguir as considerações finais do trabalho realizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento do estudo, principalmente a partir das análises realizadas, cabe apresentar as seguintes considerações finais.

Ao analisar os níveis de transparência dos clubes durante o período estudado, se observou que, em geral, a evidenciação vem evoluindo positivamente. No último ano analisado, se observou que mais da metade dos clubes tem evidenciação obrigatória superior a 75% e evidenciação total igual ou superior a 50%, o que se mostrou muito melhor que no primeiro ano analisado.

Mesmo assim, observou-se que o IEO médio foi de 65,7%, o IEV médio foi de 7,1% e o IET médio foi de 42,3% (Tabela 9). Mesmo que a maioria dos clubes tenha apresentado índices de evidenciação bem melhores no último ano da análise, é perceptível a necessidade de melhorias na evidenciação contábil dos clubes, pela amostra pesquisada.

Em relação ao Índice de Evidenciação Total – IET (Tabelas 1, 3, 5, 7), observou-se que os clubes que obtiveram melhores índices foram São Paulo FC, Fluminense FC e C. Atlético Paranaense. E de forma negativa destacam-se os clubes EC Vitória, SC Bahia e Sport CR, que se mantiveram com o IET abaixo de 30%.

Com relação à análise de correlação realizada na seção 4.2, cabe destacar a correlação positiva entre Índices de evidenciação e clubes com dirigentes majoritariamente formados na área do direito. Entende-se que esta relação seja coerente com o aspecto da legalidade e da formalidade, pois se as normas legais exigem dos clubes maior transparência, é compreensível que dirigentes formados em direito busquem cumprir adequadamente estas leis.

Se observou também correlação positiva entre índices de evidenciação e variáveis, que em seu conjunto indicam clubes mais bem posicionados nos certames, com maior porte e melhores resultados econômicos. Estes resultados mostram-se coerentes com a necessidade de legitimação para um número maior de sócios e torcedores, e com a própria necessidade de transparência para com estes seus adeptos. Os clubes com estas características estão mais sujeitos à exposição pública, logo, a transparência pode ser um fator de agregação de valor e manutenção do status atual.

Por fim, cabe tecer considerações sobre os testes de hipóteses realizados. A partir dos testes realizados, a Hipótese 1 se confirmou apenas parcialmente H1, visto que apenas no grupo de clubes com melhor evidenciação obrigatória havia supremacia de dirigentes formados em direito. Esta relação já havia sido observada por meio da correlação e de certa forma reafirma uma característica dos dirigentes formados em direito, que tendem a buscar um melhor cumprimento legal.

Com relação à Hipótese 2, após a realização dos testes de diferenças de médias, aceitou-se H1, ou seja, comprovou-se a relação entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho esportivo dos clubes. Essa relação foi positiva, e os melhores índices de evidenciação obrigatória, voluntária e total foram observados nos grupos de clubes com melhor desempenho desportivo.

No que se refere à Hipótese 3, os testes de correlação realizados na seção 4.2 não apontaram para qualquer relação significativa entre os Índices de Evidenciação e as variáveis de situação financeira, revelando que na amostra pesquisada não existe relação entre os diferentes níveis de evidenciação e a situação financeira dos clubes de futebol.

Já com relação à quarta hipótese, concluiu-se por meio dos testes de diferenças de média que não existe relação significativa entre os diferentes níveis de evidenciação e o desempenho econômico dos clubes. Embora os coeficientes de correlação calculados na seção 4.2 tenham apontado para uma possível relação positiva entre os índices de evidenciação e o desempenho econômico medido pela Margem EBITDA, esta acabou por não se confirmar nos testes de Hipóteses realizados nesta seção.

Por fim, com relação à quinta Hipótese, se propunha que haveria diferenças de índices de evidenciação quando se comparasse os mesmos com variáveis de porte e da intangibilidade dos clubes. Em geral, os testes apontaram que, no que se refere aos Índices de Evidenciação Total (IET), os clubes maiores, ou seja, de maior valor de Ativo (não circulante e total), de maior Receita e que têm maiores valores investidos em seu Intangível são os que apresentaram os melhores níveis de evidenciação.

Assim, se observou em geral que os clubes considerados “grandes”, ou seja, mais bem colocados nos rankings da CBF, de maior porte por tamanho de ativos e receita, são os clubes que melhor tendem a evidenciar informações contábeis. Cabe

considerar que são estes clubes que têm a maior torcida e em geral o maior número de associados. A melhor evidenciação vai ao encontro das necessidades de transparência e serve como forma de buscar legitimidade perante sócios, torcedores e sociedade em geral.

Para estudos futuros, como sugestão, aponta-se para a continuação desta pesquisa, podendo avançar na comparação de níveis de evidenciação com clubes de outros países. Pode-se buscar também, outros fatores internos e/ou externos que possam estar relacionados com as divulgações das informações financeiras dos clubes.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, C.M.C. **Direito Desportivo**. Campinas: Editora Jurídica, Mizuno, 2000.
- AIDAR, A. C. K.; LEONCINI, M. P.; OLIVEIRA, J. J. **A nova gestão do futebol**: prefácio da Lei Pelé. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BARROS, C. P.; ASSAF, A.; EARP, F. Brazilian Football League technical efficiency: a Simar and Wilson approach. **Journal of Sports Economics**, v. 11, n. 6, p 641-651, 2010.
- BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidência ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.
- BRASIL, **Cartilha**: padronização das práticas contábeis. Ministério dos Esportes, 2006. Disponível em: <<http://www.navarrette.com.br/Cartilha%20sobre%20contabilizacao%20em%20clubes%20de%20futebol.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.
- _____. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. **Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8672.htm>. Acesso em: 05 out. 2015.
- _____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 08 out. 2015.
- _____. Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000. **Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.
- _____. Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. **Estatuto do Torcedor**. 2003a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 08 out. 2015.
- _____. LEI nº 10.672, de 15 de maio de 2003. **Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências**. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 08 out. 2015.
- _____. LEI nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. **Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira para entidades desportivas profissionais de futebol e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13155.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- CARDOSO, V. I. D. C.; MAIA, A. B. R.; PONTE, V. M. R. Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: USP, 2012.

CATEB, A. B. **Desporto profissional e direito de empresa**: de acordo com o Código Civil de 2002. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, p. 173, 2004.

CLUBE DOS TREZE; CBF; IBRACON. **Cartilha de padronização das práticas dos clubes de futebol profissional**. 2006. Disponível em:

<<http://esporte.gov.br/index.php/component/content/article/148-noticias-timemania/40985-cartilha-de-padronizacao-dos-balancos-ajuda-clubes-de-futebol-a-conquistarem-transparencia>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.429/13, de 25 de janeiro de 2013**. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional.

Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc>. Acesso em: 16 set. 2015.

CUSTÓDIO, R. S.; REZENDE, A. J. A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. In: 6º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: USP, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Instrução nº 15, 28 de novembro de 1987**. Parecer de orientação. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pare/pare015.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. de. A evidenciação contábil: publicação de aspectos socioambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: USP, 2004.

DANTAS, M. G. S.; BOENTE, D. R. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 75-90, 2011.

DIAS FILHO, J. M. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da Teoria da Legitimidade. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. p. 1-11.

FERNANDES, L. F. F. **A gestão dos clubes de futebol como clube empresa**: estratégias de negócio. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GALVÃO, N. M. S.; MIRANDA, L. C. Participação e evidenciação de atletas nos demonstrativos contábeis de clubes de futebol brasileiro. **Revista Gestão, Finanças e Contabilidade**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n1p112-131>. Acesso em: 27 dez. 2016.

GONÇALVES, J. C.; MAGALHÃES FILHO, P. A. O.; ALCÂNTARA, B. C. S. de. Do ócio ao negócio: a expansão da lógica de mercado no futebol de Pernambuco. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL GESTÃO XXI, GESTÃO SOCIAL E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2003, Salvador. **Anais...**, Salvador, 2003.

- GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory. **Accounting and Business Research**, v. 19, n. 76, p. 343-352, 1989. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00014788.1989.9728863>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- HELAL, R. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massa no Brasil. 1. ed. Petrópolis: Vozes, p. 18, 1997.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOLANDA, A. P. et al. Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2012.
- ISHIKURA, E. R. **Contabilidade de clubes brasileiros de futebol profissional**: alguns aspectos relevantes. 2005. 197 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KASZNAR, I.; GRAÇA FILHO, A. S. **A indústria do esporte no Brasil**: economia, PIB – produto interno bruto, empregos e evolução dinâmica. São Paulo: M. Books, 2012.
- LEONCINI, M. P.; SILVA, M. T. A gestão estratégica de clubes de futebol vista através do caso Manchester United. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 20., 2000. São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2000.
- LOPES, A. B. **A evidenciação contábil**: publicação de aspectos socioambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- LYRA FILHO, J. **Introdução ao Direito Desportivo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, p. 275, 1952.
- OTT, E.; MACHADO, D. P. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, p. 136-156, 2015.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1086/226550>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. **Resolução CFC nº 1.231 de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 700. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1231.doc>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Resolução CFC nº 1.232 de 27 de novembro de 2009.** Aprova a NBC TA 705. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001232>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Resolução nº 1.005 de 04 de setembro de 2004.** Aprova a NBC T 10.13. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1005.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OTT, E. **Técnicas de pesquisa em Contabilidade.** São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on Legitimacy Theory. **Accounting, Organization and Society**, v. 15, n. 5, p. 471-75, 1992. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, A. G. C. et al. Eficiência técnica e diferenciação dos desempenhos em campo e econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. In: XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. **Anais...**, p. 9, Natal, 2014.

PLANALTO. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

REZENDE, A. J.; FACURE, C. E. F.; DALMÁCIO, F. Z. Práticas de governança corporativa em organizações sem fins lucrativos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: FEA-USP, 2009.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, C. A. T; TEIXEIRA, H. M; NIYAMA, J. K. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 6., 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: USP, 2009.

SORIANO, F. **A bola não entra por acaso: estratégias inovadoras de gestão inspiradas no mundo do futebol.** São Paulo: Larousse, 2010.

STOLEN, T. et al. Physiology of soccer: an update. **Sports Medicine**, Auckland, v. 35, n. 6, p. 501-536, 2005.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M. **Gestão com pessoas:** uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.